



RAE 2015
Reunião de Análise da Estratégia

Desembargador FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ
Presidente do TRT da 14ª Região

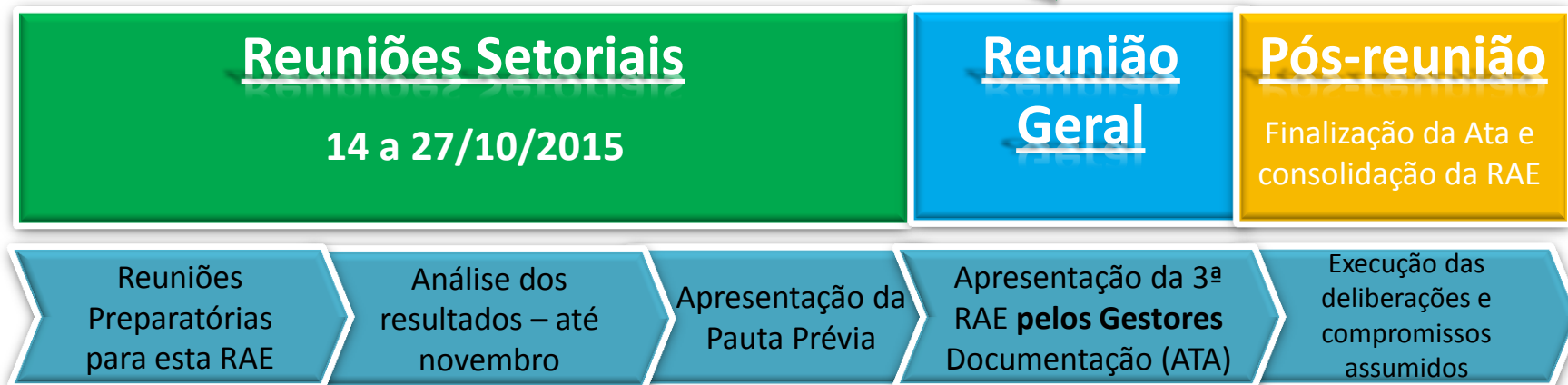
Porto Velho – RO
08-12-2015

METODOLOGIA DA RAE

- A metodologia desta RAE será a mesma utilizada na reunião anterior, conforme já determinado pela Presidência, a qual tem o objetivo de envolver, cada vez mais, os gestores com o monitoramento dos indicadores e metas do Planejamento Estratégico Participativo, das metas nacionais e do Plano de Gestão 2015-2016, visando proporcionar **maior efetividade** nas deliberações da reunião.



- Etapas:



SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL

Romário Botelho dos Santos



Na última RAE,
SJ e SCR apresentaram juntas,
e os compromissos assumidos
foram cumpridos

Ata 2ª RAE – 27/07/2015

- 22) Expedir ofícios às unidades de 1º Grau para priorizarem os julgamentos dos processos dos maiores litigantes, bem como identificar as unidades com maior passivo de processos referentes aos maiores litigantes, a exemplo das Varas do Trabalho de Rolim de Moura, Cacoal e Vilhena;
- 23) Apresentar minuta de projeto para a implantação do Prêmio Conciliação do TRT 14ª Região.





OBJETIVOS DA SCR, NA APRESENTAÇÃO :

Inventário dimensional das informações alimentadas pela SCR

Multiplicidade de ferramentas e ambientes para a mesma informação

Exposição da logística atual da análise das informações solicitadas



Inventário dimensional das informações alimentadas pela SCR

QUANTAS INFORMAÇÕES A SECRETARIA DA CORREGEDORIA ALIMENTA?



Inventário dimensional das informações
alimentadas pela SCR

PEP TRT 14 – 2015-2020
SIGEST TRT
60 parâmetros

Objetivos Estratégicos/Parâmetros

Descrição	
1	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P1.1) Número total de processos de conhecimento não criminais novos distribuídos no mês de referência (1º GRAU)
2	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P1.3) Número total de processos de conhecimento não criminais até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento (1º GRAU)
3	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P1.5) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos no exercício de 2015 e que no mês de referência saíram da meta por cancelamento da distribuição ou remessa para outro tribunal ou jurisdição ou deixaram de se enquadrar nos critérios da meta (1º GRAU)
4	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P2.1) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos e não julgados na instância até 31.12.2013, excluídos os suspensos até 31/12/2014 (1º GRAU) (PERIODICIDADE ÚNICA). Obs. Repetir os mesmos valores todos os meses
5	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P2.10) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos instância até 31/12/2013 e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015 (1º GRAU)
6	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P2.13) Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2014 (1º GRAU) (PERIODICIDADE ÚNICA) - Obs. Repetir os mesmos valores todos os meses
7	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P2.4) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no 31/12/2013 e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (1º GRAU)
8	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P2.7) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos instância até 31/12/2013 e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência (1º GRAU)
9	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P5.1) Número total de casos novos de execução não fiscal no mês de referência (1º GRAU)
10	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P5.2) Número total de casos novos de execução fiscal no mês de referência (1º GRAU)
11	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P5.3) Número total de processos de execução não fiscal baixados definitivamente no mês de referência (1º GRAU)
12	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P5.4) Número total de processos de execução fiscal baixados definitivamente no mês de referência (1º GRAU)
13	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P5.5) Número total de processos de execução não fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (1º GRAU)
14	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P5.6) Número total de processos de execução fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (1º GRAU)
15	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P5.7) Número total de processos de execução não fiscal que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência (1º GRAU)
16	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P5.8) Número total de processos de execução fiscal que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência (1º GRAU)
17	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P6.1) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados na instância até 31.12.2012, EXCLUÍDOS OS SUSPENSOS ATÉ 31/12/2014 (1º GRAU) - PERIODICIDADE ÚNICA. Obs. Repetir os mesmos valores todos os meses
18	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P6.2) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31.12.2012 QUE FORAM JULGADOS EM 2013 (1º GRAU) - PERIODICIDADE ÚNICA. Obs. Repetir os mesmos valores todos os meses
19	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P6.3) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31.12.2012 QUE FORAM JULGADOS EM 2014 (1º GRAU) - PERIODICIDADE ÚNICA. Obs. Repetir os mesmos valores todos os meses
20	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P6.4) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31.12.2012 E NAO JULGADOS ATE 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (1º GRAU)
21	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P6.5) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31.12.2012 E NAO JULGADOS ATE 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência (1º GRAU)
22	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P6.6) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31.12.2012 E NAO JULGADOS ATE 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez (1º GRAU)
23	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P7.3) Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes pendentes de julgamento na instância em 31.12.2014 (1º GRAU) - PERIODO UNICO. Obs. Repetir os mesmos valores todos os meses
24	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P7.4) Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes distribuídos na instância no mês de referência (1º GRAU)
25	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P7.5) Número total de processos dos dez maiores litigantes que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (1º GRAU)
26	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P7.6) Número total de processos dos dez maiores litigantes que saíram da meta por saírem de situação de suspensão ou deixaram de se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (1º GRAU)
27	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P7.7) Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes julgados na instância no mês de referência (1º GRAU)

28	TRT14(P3.1) Total de Conciliações na fase de conhecimento (LANÇAMENTO MÊS A MÊS)
29	TRT14(P3.2) Total de Solucionados na fase de conhecimento (LANÇAMENTO MÊS A MÊS)
30	TRT14(P3.3) Total de conciliações homologadas na fase de execução
31	TRT14(P3.4) Total de execuções iniciadas (Execuções iniciadas, processos recebidos de outros órgãos para execução, títulos executivos extrajudiciais e certidões de crédito trabalhista recebidos e processos desarmados para prosseguimento da execução.)
32	TRT14(P4.1) Somatório (Data da prolação da sentença - Data do ajuizamento da ação - 1º Grau
33	TRT14(P4.2) Total de Processos com prolação de sentenças - 1º Grau
34	TRT14(P4.7) Número de processos de conhecimento baixados na 1ª Instância
35	TRT14(P4.8) Número de casos novos na 1ª Instância
36	TRT14(P5.1) Total de Execuções Baixadas
37	TRT14(P5.2) Total de Execuções Iniciadas (Fiscais e não Fiscais - Execuções iniciadas, processos recebidos de outros órgãos para execução, títulos executivos extrajudiciais e certidões de crédito trabalhistas recebidos e processos desarmados para prosseguir na fase de execução)
38	TRT14-Total de Execuções Remetidas ao Arquivo Provisório
39	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P1.1) Número total de processos de conhecimento não criminais novos distribuídos no mês de referência (2º GRAU)
40	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P1.3) Número total de processos de conhecimento não criminais até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro
41	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P1.5) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos no exercício de 2015 e que no mês de referência saíram da meta por
42	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P2.1) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos e não julgados na instância até 31.12.2013, excluídos os suspensos até 31/12/2014 (2º GRAU) (PERIODICIDADE ÚNICA). Obs. Repetir os mesmos valores todos os meses
43	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P2.10) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos instância no 31/12/2013 e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015 (2º GRAU)
44	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P2.13) Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2014 (2º GRAU) (PERIODICIDADE ÚNICA) Obs. Repetir os mesmos valores todos os meses
45	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P2.4) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância até 31/12/2013 e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (2º GRAU)
46	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P2.7) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos instância até 31/12/2013 e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência (2º GRAU)
47	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P6.1) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados na instância até 31.12.2013, EXCLUÍDOS OS SUSPENSOS ATÉ 31/12/2014 (2º GRAU) - PERIODICIDADE ÚNICA. Obs. Repetir os mesmos valores todos os meses
48	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P6.2) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31.12.2013 QUE FORAM JULGADOS EM 2013 (2º GRAU)
49	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P6.3) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31.12.2013 QUE FORAM JULGADOS EM 2014 (2º GRAU) - PERIODICIDADE ÚNICA. Obs. Repetir os mesmos valores todos os meses
50	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P6.4) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31.12.2013 E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (2º GRAU)
51	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P6.5) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31.12.2013 E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência (2º GRAU)
52	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P6.6) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31.12.2013 E NÃO JULGADOS ATÉ 31.12.2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez (2º GRAU)
53	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P7.3) Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes pendentes de julgamento na instância em 31.12.2014 (2º GRAU) - PERÍODO ÚNICO. Obs. Repetir os mesmos valores todos os meses
54	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P7.4) Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes distribuídos na instância no mês de referência (2º GRAU)
55	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P7.5) Número total de processos dos dez maiores litigantes que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (2º GRAU)
56	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P7.6) Número total de processos dos dez maiores litigantes que saíram da meta por saírem de situação de suspensão ou deixaram de se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (2º GRAU)
57	TRT14-METAS-CNJ-2015-(P7.7) Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes julgados na instância no mês de referência (2º GRAU)
58	TRT14(P4.3) Somatório(Data da baixa - Data da autuação) - 2ª instância
59	TRT14(P4.4) Total de Processos Baixados - 2ª instância
60	TRT14(P4.5) Número de processos de conhecimento baixados na 2ª Instância



Inventário dimensional das informações alimentadas pela SCR

METAS NACIONAIS – 2015

SIGEST – JT

31 parâmetros

Objetivos estratégicos/Indicadores/Parâmetros

	Descrição	Cód. importação
1	TRT14 - M10 (JT) - ICP- P 7.4	JT_TRT14_ICP_P7.4
2	TRT14 - M10 (JT) - ICP- P 7.5	JT_TRT14_ICP_P7.5
3	TRT14 - M10 (JT) - ICP- P 7.6	JT_TRT14_ICP_P7.6
4	TRT14 - M10 (JT) - ICP- P 7.7	JT_TRT14_ICP_P7.7
5	TRT14 - M11 (JT) - IE- P 5.1	JT_TRT14_IE_P5.1
6	TRT14 - M11 (JT) - IE- P 5.2	JT_TRT14_IE_P5.2
7	TRT14 - M11 (JT) - IE- P 5.3	JT_TRT14_IE_P5.3
8	TRT14 - M11 (JT) - IE- P 5.4	JT_TRT14_IE_P5.4
9	TRT14 - M11 (JT) - IE- P 5.5	JT_TRT14_IE_P5.5
10	TRT14 - M11 (JT) - IE- P 5.6	JT_TRT14_IE_P5.6
11	TRT14 - M11 (JT) - IE- P 5.7	JT_TRT14_IE_P5.7
12	TRT14 - M11 (JT) - IE- P 5.8	JT_TRT14_IE_P5.8
13	TRT14 - M6 (JT) - IPJ - P 1.1	JT_TRT14_IPJ_P1.1
14	TRT14 - M6 (JT) - IPJ - P 1.3	JT_TRT14_IPJ_P1.3
15	TRT14 - M6 (JT) - IPJ - P 1.5	JT_TRT14_IPJ_P1.5
16	TRT14 - M7 (JT) - IPA - P 2.1	JT_TRT14_IPA_P2.1
17	TRT14 - M7 (JT) - IPA - P 2.10	JT_TRT14_IPA_P2.10
18	TRT14 - M7 (JT) - IPA - P 2.13	JT_TRT14_IPA_P2.13
19	TRT14 - M7 (JT) - IPA - P 2.4	JT_TRT14_IPA_P2.4
20	TRT14 - M7 (JT) - IPA - P 2.7	JT_TRT14_IPA_P2.7
21	TRT14 - M8 (JT) - IACJ - 1º grau - P 6.1	JT_TRT14_IACJ_1grau_P6.1
22	TRT14 - M8 (JT) - IACJ - 1º grau - P 6.2	JT_TRT14_IACJ_1grau_P6.2
23	TRT14 - M8 (JT) - IACJ - 1º grau - P 6.3	JT_TRT14_IACJ_1grau_P6.3
24	TRT14 - M8 (JT) - IACJ - 1º grau - P 6.4	JT_TRT14_IACJ_1grau_P6.4
25	TRT14 - M8 (JT) - IACJ - 1º grau - P 6.5	JT_TRT14_IACJ_1grau_P6.5
26	TRT14 - M8 (JT) - IACJ - 1º grau - P 6.6	JT_TRT14_IACJ_1grau_P6.6
27	TRT14 - M8 (JT) - IACJ - 2º grau - P 6.1	JT_TRT14_IACJ_2grau_P6.1
28	TRT14 - M8 (JT) - IACJ - 2º grau - P 6.3	JT_TRT14_IACJ_2grau_P6.3
29	TRT14 - M8 (JT) - IACJ - 2º grau - P 6.4	JT_TRT14_IACJ_2grau_P6.4
30	TRT14 - M8 (JT) - IACJ - 2º grau - P 6.5	JT_TRT14_IACJ_2grau_P6.5
31	TRT14 - M8 (JT) - IACJ - 2º grau - P 6.6	JT_TRT14_IACJ_2grau_P6.6



Inventário dimensional das informações
alimentadas pela SCR

JUSTIÇA EM NÚMERO CNJ 229 alimentações

JUSTIÇA EM NÚMEROS
JUSTIÇA DO TRABALHO

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO		
RECURSOS FINANCEIROS		
	DESPESAS	Anual
1	1 DPE – Despesa com Pessoal e Encargos	
2	2 DPEA2º – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo no 2º grau	
3	3 DPEA1º – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo no 1º grau	
4	4 DPEAAdm – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo na área administrativa	
5	5 DPEI – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Inativo	
6	6 DBen – Despesas com Benefícios	
7	7 DBenA2º – Despesas com Benefícios do Quadro Ativo no 2º grau	
8	8 DBenA1º – Despesas com Benefícios do Quadro Ativo no 1º grau	
9	9 DBenAAdm – Despesas com Benefícios do Quadro Ativo na área administrativa	
10	10 DBenI – Despesas com Benefícios do Quadro Inativo	
11	11 DTer – Despesas com Terceirizados	
12	12 DEst – Despesas com Estagiários	
13	13 Dip – Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos	
14	14 DIP2º – Outras Despesas Indenizatórias Indiretas com Recursos Humanos no 2º grau	
15	15 DIP1º – Outras Despesas Indenizatórias Indiretas com Recursos Humanos no 1º grau	
16	16 DIPAdm – Outras Despesas Indenizatórias Indiretas com Recursos Humanos na área	
17	17 DCC – Despesas com Cargos em Comissão	
18	18 DCC2º – Despesas com Cargos em Comissão na área judiciária do 2º grau	
19	19 DCC1º – Despesas com Cargos em Comissão na área judiciária do 1º grau	
20	20 DCCAdm – Despesas com Cargos em Comissão na área administrativa	
21	21 DFC – Despesas com Função de Confiança	
22	22 DFC2º – Despesas com Funções de Confiança na área judiciária do 2º grau	
23	23 DFC1º – Despesas com Funções de Confiança na área judiciária do 1º grau	
24	24 DFCAdm – Despesas com Funções de Confiança na área administrativa	
25	25 DMag – Despesa com Recursos Humanos de Magistrados	
26	26 DServ – Despesa com Recursos Humanos de Servidores	
	OUTRAS DESPESAS	Anual
27	27 ODC – Outras Despesas Correntes	
28	28 Dk – Despesa de Capital	
29	29 DPCO – Despesas com Projetos de Construção e Obras	
30	30 DInf1 – Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação	
31	31 DInf2 – Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação	
32	32 VPag – Valores Pagos aos Jurisdicionados	
	ORÇAMENTO	Anual
33	33 ODP – Orçamento para Despesas de Pessoal e Encargos	
34	34 OK – Orçamento para Despesas de Capital	
35	35 OOC – Orçamento para Outras Despesas Correntes	
	RECEITAS	Anual
36	1 DepJud – Saldo de Depósitos Judiciais	
37	2 DepRecP – Saldo de Depósitos Recursais Pendentes	

**S
O
F**

		RECURSOS HUMANOS	
		MAGISTRADOS - EXISTENTES	Anual
38	1	MagE2º – Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	
39	2	MagE1º – Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau	
40	3	MagIn – Magistrados Inativos e Instituidores de Pensão	
		MAGISTRADOS - PROVIDOS	Anual
41	4	MagP2º – Número de Cargos Providos de Magistrado no 2º Grau	
42	5	MagP1º – Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau	
43	6	MagSJ2º – Número de Magistrados sem jurisdição no 2º grau	
44	7	TAMJ1º – Tempo de Afastamento da Jurisdição dos Magistrados de 1º Grau	
		QUADRO DE PESSOAL	Anual
45	8	TCEfet – Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	
46	9	Pessoal do Quadro Efetivo	
47	10	TPEfet2º – Total de Pessoal do Quadro Efetivo na Área Judiciária de 2º grau	
48	11	TPEfet1º – Total de Pessoal do Quadro Efetivo na Área Judiciária de 1º grau	
49	12	TPEfetAdm – Total de Pessoal do Quadro Efetivo na Área Administrativa	
50	13	Pessoal que ingressou por cessão ou requisição	
51	14	TPI2º – Total de Pessoal que ingressou por cessão ou requisição na Área Judiciária de 2º grau	
52	15	TPI1º – Total de Pessoal que ingressou por cessão ou requisição na Área Judiciária de 1º grau	
53	16	TPIAdm – Total de Pessoal que ingressou por cessão ou requisição na Área	
54	17	Pessoal Comissionado sem Vínculo Efetivo	
55	18	TPSV2º – Total de Pessoal Comissionado sem Vínculo Efetivo na Área Judiciária do 2º grau	
56	19	TPSV1º – Total de Pessoal Comissionado sem Vínculo Efetivo na Área Judiciária de 1º grau	
57	20	TPSVAdm – Total de Pessoal Comissionado sem Vínculo Efetivo na Área Administrativa	
58	21	Tempo de Afastamento	
59	22	TAS2º – Tempo de Afastamento de Servidor da Área Judiciária de 2º Grau	
60	23	TAS1º – Tempo de Afastamento de Servidor da Área Judiciária de 1º grau	
61	24	TASAdm – Tempo de Afastamento de Servidor da Área Administrativa	
62	25	Auxiliares	
63	26	TFAuxE – Total da Força de Trabalho Auxiliar – Estagiários	
64	27	TFAuxT – Total da Força de Trabalho Auxiliar – Terceirizados	
65	28	TPS - Total de Pessoal que saiu por cessão ou requisição	
66	29	ServIn – Total de Servidores Inativos e Instituidores de Pensão	
67	30	TPEsc – Total de Pessoal das Escolas Judiciais e de Magistratura	
68	31	TPTIC – Total de Pessoal da área de tecnologia da informação	
69	32	Cargos em Comissão	
70	33	CC2º – Cargos em Comissão Existentes na Área Judiciária do 2º Grau	
71	34	CC1º – Cargos em Comissão Existentes na Área Judiciária do 1º Grau	
72	35	CCAdm – Cargos em Comissão Existentes na Área Administrativa	
73	36	Funções de Confiança	
74	37	FC2º – Funções de Confiança Existentes na Área Judiciária do 2º grau	
75	38	FC1º – Funções de Confiança Existentes na Área Judiciária do 1º Grau	
76	39	FCAdm – Funções de Confiança Existentes na Área Administrativa	

S
G
E
P

		RECURSOS FÍSICOS	
		INFORMATIZAÇÃO	
		Anual	
77	SETIC	1	Comp – Número de computadores de uso pessoal
78		2	Ui – Usuários de computador
		ÁREA	
		Anual	
79	DSILS	1	m²Total – Área total em metros quadrados
80		2	m²Util – Área útil em metros quadrados
81		3	ArqDisp – Espaço disponibilizado para arquivo, em metros lineares
82		4	ArqNTUtil – Espaço, não terceirizado, utilizado com arquivo em metros lineares
83		5	ArqTUtil – Espaço terceirizado utilizado com arquivo em metros lineares

		LITIGIOSIDADE	
		CASOS NOVOS	
		1º Semestre	2º Semestre
84		1	CnO2º - Casos Novos Originários de 2º Grau
85		2	CnR2º - Casos Novos Recursais de 2º Grau
86		3	CnElet2º – Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau
87		4	CnC1º – Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau
88		5	CnExtFisc1º – Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau
89		6	CnExtNFisc1º – Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto
90		7	CnElet1º – Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau
91		8	ExeJud1º – Execuções Judiciais no 1º Grau
		CASOS PENDENTES	
		1º Semestre	2º Semestre
92		9	Cp2º – Casos Pendentes no 2º Grau
93		10	CpC1º – Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau
94		11	CpExtFisc1º – Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau
95		12	CpExtNFisc1º – Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto
96		13	ExeJudP1º – Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau
			PROCESSOS BAIXADOS
		1º Semestre	2º Semestre
97		14	TBaix2º – Total de Processos Baixados no 2º Grau
98		15	TBaixC1º – Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau
99		16	TBaixExtFisc1º – Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau
100		17	TBaixExtNFisc1º – Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º
101		18	TBaixJud1º – Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau
			DECISÕES E SENTENÇAS
		1º Semestre	2º Semestre
102		19	Dec2º – Decisões terminativas de processo no 2º Grau
103		20	DecH2º – Decisões Homologatórias de Acordos no 2º Grau
104		21	DA2º - Decisões denegatórias de admissibilidade de Recurso de Revista e de Recurso
105		22	SentC1º – Sentenças de Conhecimento no 1º grau
106		23	SentCH1º – Sentenças de Conhecimento Homologatórias de Acordos no 1º Grau
107		24	SentExtFisc1º – Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau
108		25	SentExtNFisc1º – Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto
109		26	SentExH1º – Sentenças de Execução Homologatórias de Acordos no 1º Grau
110		27	DeMono2º – Decisões Monocráticas no 2º Grau
111		28	DePub2º – Decisões no 2º Grau Publicadas
112		29	SentJud1º – Sentenças em Execução Judicial no 1º grau
113		30	SeReC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo
114		31	SeReEx1º - Sentenças de Execução de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo

E G E S T A O

	SUSPENSÕES E SOBRESTAMENTOS	1º Semestre	2º Semestre
115	32 Sus2º – Processos Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 2º Grau		
116	33 SuSRG2º – Processos Suspensos ou Sobrestados no 2º grau por Repercussão Geral		
117	34 SuSRR2º – Processos Suspensos ou Sobrestados no 2º grau por Recurso de Revista		
118	35 SuSC1º – Processos de Conhecimento Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório		
119	36 SuExFisc1º – Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório		
120	37 SuExNfisc1º – Execuções Judiciais e Extrajudiciais Sobrestadas ou Suspensas ou em		
121	38 SuSRG1º – Processos Suspensos ou Sobrestados no 1º grau por Repercussão Geral		
122	39 SuSRR1º – Processos Suspensos ou Sobrestados no 1º grau por Recurso de Revista		
	INCIDENTES EM EXECUÇÃO	1º Semestre	2º Semestre
123	40 IncExFisc1º – Incidentes de Execução Fiscal Julgados no 1º Grau		
124	41 IncExNFisc1º – Incidentes de Execução Julgados no 1º Grau, exceto em execuções fiscais		
125	42 IncExPFisc1º – Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau		
126	43 IncExPNfisc1º – Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais		
	RECURSOS INTERNOS	1º Semestre	2º Semestre
127	44 Rint2º – Recursos Internos no 2º Grau		
128	45 RintP2º – Recursos Internos Pendentes no 2º Grau		
129	46 RintJ2º – Recursos Internos Julgados no 2º Grau		
130	47 RintC1º – Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento		
131	48 RintCP1º – Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento		
132	49 RintCJ1º – Recursos Internos Julgados no 1º Grau na Fase de Conhecimento		
133	50 Ag2º – Agravos de Recursos e Agravos do art. 557 de 2º Grau		
134	51 Ed2º – Embargos de Declaração no 2º Grau		
	RECORRIBILIDADE	1º Semestre	2º Semestre
135	52 Rsup2º – Recursos à Instância Superior no 2º Grau		
136	53 Apublic2º – Acórdãos Publicados no 2º Grau		
137	54 Al2º – Agravos às Decisões Denegatórias de Admissibilidade de Recurso de Revista e		
138	55 AP1º - Agravos de Petição		
139	56 ROROPS1º - Recursos Ordinários no 1º Grau		
140	ACESSO À JUSTIÇA		
141	57 Arq – Processos arquivados definitivamente		
142	58 ArqJG – Processos de justiça gratuita arquivados definitivamente		
143	59 JG – Assistência Judiciária Gratuita		
144	TEMPO DO PROCESSO		
	Tempo Total		Anual
145	60 TpTot – Tempo Total de Tramitação dos Processos Arquivados Definitivamente		
146	61 Média		
147	62 Mediana		
148	63 Desvio Padrão		
149	64 Número de Processos		
	Tempo do Pendente		Anual
150	65 TpCp2º – Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes de 2º Grau		
151	67 Média		
152	68 Mediana		
153	69 Desvio Padrão		
154	70 Número de Processos		

E G E S T Ã O

155	71	TpCpC1º – Tempo de Tramitação dos Processos de Conhecimento Pendentes no 1º Grau	
156	72	Média	
157	73	Mediana	
158	74	Desvio Padrão	
159	75	Número de Processos	
160	76	TpCpEx1º – Tempo de Tramitação dos Processos de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto	
161	77	Média	
162	78	Mediana	
163	79	Desvio Padrão	
164	80	Número de Processos	
		Tempo da Decisão e da Sentença	Anual
165	81	TpDec2º – Tempo da Decisão Terminativa de Processo de 2º Grau	
166	82	Média	
167	83	Mediana	
168	84	Desvio Padrão	
169	85	Número de Processos	
170	86	TpSentC1º – Tempo da Sentença de Conhecimento no 1º Grau	
171	87	Média	
172	88	Mediana	
173	89	Desvio Padrão	
174	90	Número de Processos	
175	91	TpSentEx1º – Tempo da Sentença de Execução no 1º Grau, exceto execuções penais	
176	92	Média	
177	93	Mediana	
178	94	Desvio Padrão	
179	95	Número de Processos	
		Tempo da Suspensão ou Sobrestamento	Anual
180	96	TpRG2º – Tempo de Suspensão ou Sobrestamento dos Processos no 2º Grau em razão de Repercussão Geral	
181	97	Média	
182	98	Mediana	
183	99	Desvio Padrão	
184	100	Número de Processos	
185	101	TpRR2º – Tempo de Suspensão ou Sobrestamento dos Processos em razão de Recurso de Revista Repetitivo no 2º Grau	
186	102	Média	
187	103	Mediana	
188	104	Desvio Padrão	
189	105	Número de Processos	
190	106	TpRG1º – Tempo de Suspensão ou Sobrestamento dos Processos no 1º Grau em razão de Repercussão Geral Reconhecida	
191	107	Média	
192	108	Mediana	
193	109	Desvio Padrão	

194		110	Número de Processos	
195		111	TpRR1º – Tempo de Suspensão ou Sobrestamento dos Processos no 1º Grau em razão de Recurso de Revista Repetitivo	
196		112	Média	
197		113	Mediana	
198		114	Desvio Padrão	
199		115	Número de Processos	
			Tempo da Baixa	Anual
200		116	TpBaix2º – Tempo de Tramitação dos Processos Baixados de 2º Grau	
201		117	Média	
202		118	Mediana	
203		119	Desvio Padrão	
204		120	Número de Processos	
205		121	TpBaixC1º – Tempo de Tramitação dos Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	
206		122	Média	
207		123	Mediana	
208		124	Desvio Padrão	
209		125	Número de Processos	
210	E G E S T Ã O	126	TpBaixJud1º – Tempo de Tramitação dos Processos de Execução Judicial no 1º Grau	
211		127	Média	
212		128	Mediana	
213		129	Desvio Padrão	
214		130	Número de Processos	
215		131	TpBaixExtFisc1º – Tempo de Tramitação dos Processos de Execução Fiscal Baixados no 1º	
216		132	Média	
217		133	Mediana	
218		134	Desvio Padrão	
219		135	Número de Processos	
220		136	TpBaixExtNFisc1º – Tempo de Tramitação dos Processos de Execução de Título Extrajudicial	
221		137	Média	
222		138	Mediana	
223		139	Desvio Padrão	
224	140	Número de Processos		
			INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO	
			RECURSOS FINANCEIROS	
	E G E S T Ã O		RECEITAS	Anual
225		141	R – Recolhimentos Diversos	
226		142	REF – Receita decorrente de Execuções Fiscais	
227		143	ReRT - Receitas decorrentes de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho	
228		144	RPrev - Receitas de Execução Previdenciária	
229		145	RIR - Receitas de Arrecadação de Imposto de Renda	



Informações

QUANTIDADE

58%



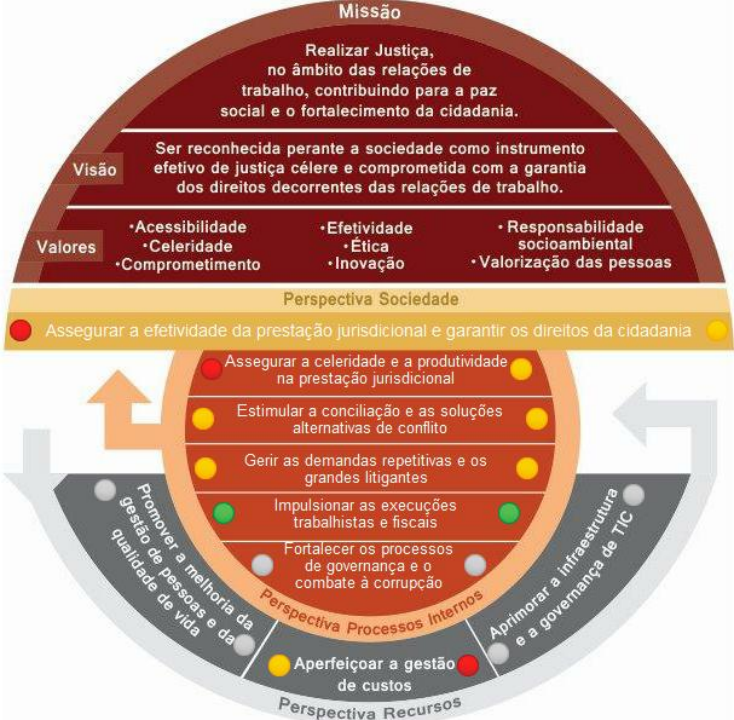
Sigest JT – mensal
 Sigest TRT, Metas Nacionais, PETIC e PCI – mensal
 Justiça em Números - CNJ – semestral e anual

Total 111	SCR 031
Total 213	SCR 060
Total 229	SCR 229
Total 553	SCR 320



Multiplicidade de ferramentas e ambientes
para a mesma informação

QUAIS AS FERRAMENTAS E/OU AMBIENTES UTILIZADOS?



MAPA DE DESEMPENHO DAS METAS NACIONAIS E ESPECÍFICAS E META REGIONAL 2015



TRT14 - METAS 2015 - Desempenho Geral das Metas Nacionais

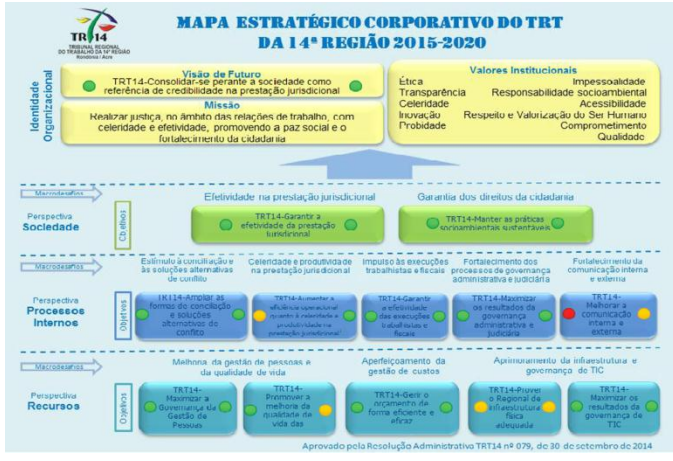
- TRT14 - META 1** - Julgar mais processos que os distribuídos - julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente
- TRT14 - META 2** - Julgar processos mais antigos - identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no 1º e 2º graus
- TRT14 - META 3** - Priorizar o julgamento das ações coletivas - identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau
- TRT14 - META 4** - Impulsionar processos à execução - baixar em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente
- TRT14 - META 5** - Reduzir o tempo médio de duração do processo (1º e 2º Graus)
- TRT14 - META 6** - Aumentar a conciliação na fase de conhecimento
- TRT14 - META 7** - Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos - identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior

Meta Regional

Meta 14 - Executar, até setembro 65%, até outubro 73%, até novembro 81% e até dezembro 90% do orçamento anual disponível para 2015, excluídas as despesas com pessoal.

Metas Específicas - CSJT

Resultado: ● Meta alcançada ● Atenção ● Meta não alcançada ● Analisar meta subdimensionada ● Valor desatualizado



PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO: ESTÍMULO À CONCILIAÇÃO E ÀS SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO

Objetivo: Ampliar as formas de conciliação e soluções alternativas de conflito.

MACRODESAFIO: CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Objetivo: Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.

MACRODESAFIO: IMPULSO ÀS EXECUÇÕES TRABALHISTAS E FISCAIS

Objetivo: Garantir a efetividade das execuções trabalhistas e fiscais.



ALIMENTAÇÃO TRIPLICADA

SIGEST TRT



SIGEST CSJT



CNJ Justiça
em Números



ANÁLISE



METAS NACIONAIS

META 5 – IMPULSIONAR PROCESSOS DE EXECUÇÃO

Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

RESPONSÁVEL PELA META: SJ e VT

RESPONSÁVEL PELA ALIMENTAÇÃO NO SIGEST: SCR

Parâmetros : P5.1 Número total de casos novos de execução não fiscal no mês de referência. **(Periodicidade mensal).**

Parâmetros : P5.2 Número total de casos novos de execução fiscal no mês de referência. **(Periodicidade mensal).**

Parâmetros : P5.3 Número total de processos de execução não fiscal baixados definitivamente no mês de referência. **(Periodicidade mensal).**

Parâmetros : P5.4 Número total de processos de execução fiscal baixados definitivamente no mês de referência. **(Periodicidade mensal).**

Parâmetros : P5.5 Número total de processos de execução não fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. **(Periodicidade mensal).**

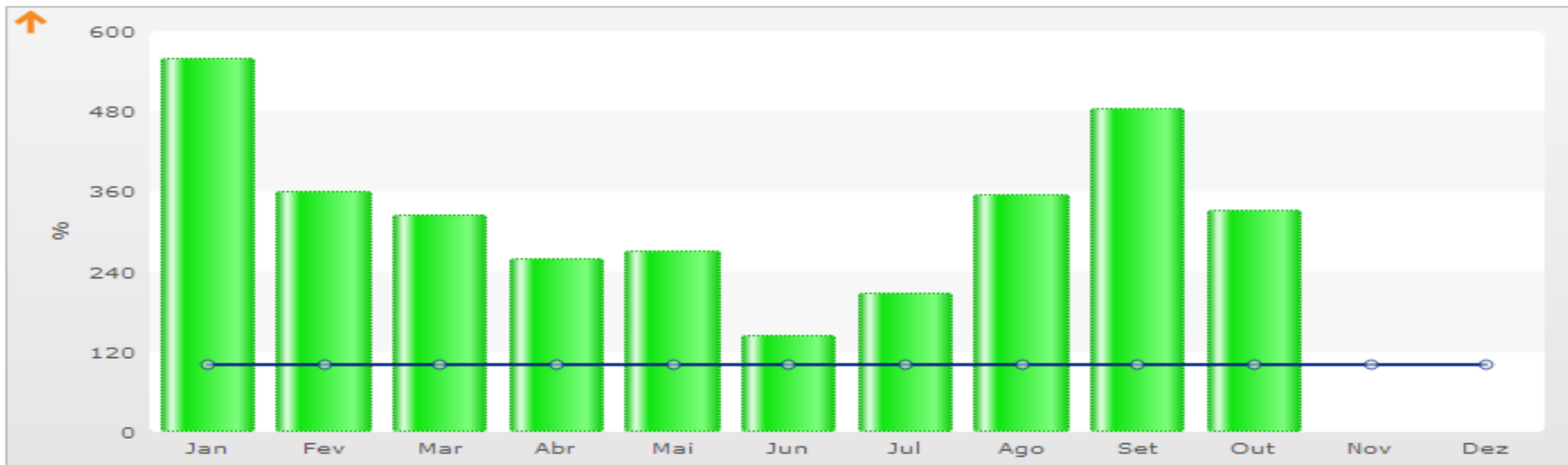
Parâmetros : P5.6 Número total de processos de execução fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. **(Periodicidade mensal).**

P6. Parâmetros : P5.7 Número total de processos de execução não fiscal que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. **(Periodicidade mensal).**

Parâmetros : P5.8 Número total de processos de execução fiscal que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. **(Periodicidade mensal).**

Percentual de cumprimento = $(\sum P5.3 + \sum P5.4) / (\sum P5.1 + \sum P5.2 + 1 + \sum P5.5 + \sum P5.6 - \sum P5.7 - \sum P5.8) \times 100$.

TRT14 - META 5 - Impulsionar processos à execução - baixar em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente



FÓRMULA :

$$\frac{(\langle \text{TRT14-METAS-CNJ-2015-(P5,3) Número total de processos de execução não fiscal baixados definitivamente no mês de referência (1º GRAU)(TRT14-Secretaria da Corregedoria Regional) \rangle + \langle \text{TRT14-METAS-CNJ-2015-(P5,4) Número total de processos de execução fiscal baixados definitivamente no mês de referência (1º GRAU)(TRT14-Secretaria da Corregedoria Regional) \rangle)}{(\langle \text{TRT14-METAS-CNJ-2015-(P5,1) Número total de casos novos de execução não fiscal no mês de referência (1º GRAU) (TRT14-Secretaria da Corregedoria Regional) \rangle + \langle \text{TRT14-METAS-CNJ-2015-(P5,2) Número total de casos novos de execução fiscal no mês de referência (1º GRAU)(TRT14-Secretaria da Corregedoria Regional) \rangle} + 1 + \langle \text{TRT14-METAS-CNJ-2015-(P5,5) Número total de processos de execução não fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (1º GRAU)(TRT14-Secretaria da Corregedoria Regional) \rangle + \langle \text{TRT14-METAS-CNJ-2015-(P5,6) Número total de processos de execução fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (1º GRAU)(TRT14-Secretaria da Corregedoria Regional) \rangle} - \langle \text{TRT14-METAS-CNJ-2015-(P5,7) Número total de processos de execução não fiscal que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência (1º GRAU)(TRT14-Secretaria da Corregedoria Regional) \rangle} - \langle \text{TRT14-METAS-CNJ-2015-(P5,8) Número total de processos de execução fiscal que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência (1º GRAU)(TRT14-Secretaria da Corregedoria Regional) \rangle)} * 100$$

RELATÓRIO ESPECÍFICO DA META 5 PREPARADO PELA SETIC

Meta 5 - TRT da 14ª Região

Meta 1

Id.	Pergunta	Per.	Segmento	Valor
P1.5	Número total de processos não criminais distribuídos no exercício de 2014 e que no mês de referência saíram da meta por cancelamento da distribuição ou remessa para outro tribunal ou jurisdição ou deixaram de se enquadrar nos critérios da meta (2º Grau)	Mensal		0

Meta 5

Id.	Pergunta	Per.	Segmento	Valor
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscal iniciados no mês de referência	Mensal	TRFs, TRTs e TST	397
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	TRFs, TRTs e TST	3
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência	Mensal	TRFs, TRTs e TST	647
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência	Mensal	TRFs, TRTs e TST	9
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	TRFs, TRTs e TST	133
P5.16	Número total de processos em fase de execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	TRFs, TRTs e TST	9
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	TRFs, TRTs e TST	419
P5.18	Número total de processos de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	TRFs, TRTs e TST	23

CRÍTICA DO CNJ

META 5

“A soma de P5.2 (03*) com P5.6 (09*) não pode ser maior do que P5.8 (24*)”

E-GESTÃO Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho
Data da Última Atualização: 16/11/15
Página

14ª Região - RO e AC
Período de Referência de 01/01/15 a 31/01/15

4.3.2. Processos Arquivados Provisoriamente: 114 processo(s).

Classe	Período de Referência		Número do Processo
	Início	Fim	
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	01/01/2015	31/01/2015	574-49.2003.5.14.2
			593-24.2004.5.14.5
			608-87.2006.5.14.92
			60-90.2011.5.14.92
			620-41.2007.5.14.401
			622-98.2013.5.14.5
			648-33.2007.5.14.404
			667-94.2006.5.14.401
			66-96.2007.5.14.92
			722-28.2010.5.14.403
			727-67.2007.5.14.404
			76-44.2012.5.14.404
			769-6.2006.5.14.32
			773-36.2010.5.14.404
			855-75.2011.5.14.2
916-93.2012.5.14.3			
975-18.2011.5.14.3			
Subtotal - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo			47
Execução Fiscal	01/01/2015	31/01/2015	10620-53.2014.5.14.6
			231-73.2006.5.14.61
			237-98.2006.5.14.92
			276-85.2006.5.14.61
			471-61.2006.5.14.151
			516-89.2012.5.14.32
853-94.2005.5.14.403			
Subtotal - Execução Fiscal			7

GLOSSÁRIOS

[Glossário e esclarecimentos do PEP 2015-2020 – 3ª versão, julho/2015](#)

[Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2015, \(5 metas, 1, 2, 5, 6 e 7\)](#)

[Reunião Nacional da Estratégia da Justiça do Trabalho Reune – JT](#), notícia: em 11/11/2014 aprovada as Metas Nacionais para o ano de 2015 (1,2, 5, 6 e 7) e as Metas Específicas para 2015 e 2016.

Meta para 2016: Identificar e reduzir em 2% o acervo de processos dos 10 maiores litigantes em relação a 2014.

Metas Específicas da Justiça do Trabalho:

1. Reduzir o tempo médio de duração do processo

(1º grau) Reduzir o tempo médio de duração do processo, em relação ao ano base 2014 – fase de conhecimento. Para os TRTs que contabilizaram o prazo médio de até 200 dias, em 1% em 2016. Para os TRTs que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, em 1% em 2016: 2015, 1% e 2016, 2%.

(2º grau) Reduzir o tempo médio de duração do processo, em relação ao ano base 2014. Para os TRTs que contabilizaram o prazo médio de até 200 dias, em 1% em 2016. Para os TRTs que contabilizaram o prazo médio de 201 a 300 dias: 2015, 1% e 2016, 2%. Para os TRTs que contabilizaram o prazo médio acima de 300 dias: 2015, 3% e 2016, 6%.

2. Aumentar a conciliação na fase de conhecimento. Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014: 2015 1%, 2015, 2%.



PROJETO : DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA - DOD

1. IDENTIFICAÇÃO

Demanda (descrição resumida)		ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO ESTATÍSTICO DAS METAS NACIONAIS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, VARIÁVEIS DO JUSTIÇA EM NÚMEROS DO CNJ, TAXA DE CONGESTIONAMENTO NO PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS E COLETA DE DADOS FALTANTES DOS INDICADORES PREVISTO NO JUSTIÇA EM NÚMEROS.
Data de proposição		16/10/15
Demandante	Unidade administrativa	SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL
	Responsável	ROMÁRIO BOTELHO DOS SANTOS
	E-mail	romario.botelho@trt14.jus.br e corregedoria@trt14.jus.br
	Assinatura	
Autorização superior	Unidade administrativa	PRESIDÊNCIA
	Gestor responsável	FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ
	Data da aprovação	
	Assinatura	

PROJETO : DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA - DOD

2. NECESSIDADE E/OU OPORTUNIDADE DE MELHORIA

(descrever a necessidade, problema ou oportunidade de melhoria detectada pelo solicitante)

Descrição da demanda
Necessidade ou oportunidade de melhoria identificada
MONITORAR O DESEMPENHO ESTATÍSTICO DAS METAS NACIONAIS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, INFORMAR DADOS ESTATÍSTICOS DAS VARIÁVEIS DO JUSTIÇA EM NÚMEROS DO CNJ, ACOMPANHAR AS TAXAS DE CONGESTIONAMENTOS NO PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS E COLETA DE DADOS FALTANTES DOS INDICADORES PREVISTO NO JUSTIÇA EM NÚMEROS.

3. ALINHAMENTO COM O PLANO ESTRATÉGICO DO TRT14

(Informar cada um dos indicadores estratégicos impactados pela demanda e qual o efeito esperado no aspecto mensurado pelo indicador)

Perspectiva	Objetivo estratégico	Indicador	Impacto no indicador
Garantir a efetividade da prestação jurisdicional	Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Efetividade da prestação jurisdicional, celeridade e efetividade e cidadania

PROJETO : DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA - DOD

4. RESULTADOS ESPERADOS

(Apresentar os benefícios do atendimento da demanda em termos quantitativos e qualitativos no tocante aos aspectos abaixo relacionados)

Tipo de Resultado	Sim	Não	Detalhamento
Ganho de produtividade	x		Controlar o desempenho das unidades judiciárias
Redução de esforço	x		Manter o controle de forma eficiente sobre os indicadores solicitados pelo Tribunal, CSJT e CNJ
Redução de custo			
Redução do uso de recursos			
Melhoria de controle	x		Informar com precisão e eficiência os dados estatísticos
Redução de riscos			
Determinação legal	x		Informar os dados estatísticos ao CSJT e CNJ
Determinação administrativa			
Outro (especificar)			

5. PROCESSOS DE TRABALHO IMPACTADOS

(Descrever o processo de trabalho atual e como a demanda pretende melhorá-lo. Apontar quais outras unidades são afetadas pela modificação do processo de trabalho decorrente da demanda, descrevendo eventuais benefícios e impactos)

Processo de trabalho	Atividade impactada	Melhoria esperada	Unidades impactadas
Alimentar o sistema Justiça em Números, SIGEST, SIGEST-JT Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho	Ausência de controle de indicadores	Obter relatórios acerca dos dados estatísticos que permitam uma tomada de decisão imediata da administração, de modo a alcançar o aumento da eficiência operacional deste Tribunal.	Varas do Trabalho jurisdicionadas, Secretaria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Serviços de Infraestrutura, Logística e Segurança, Secretaria Judiciária, JASCONPE e Diretoria de Serviços Processuais e Recursos

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Alessandra Felizardo de Sousa

Ações da Secretaria Judiciária

PEP 2015-2020

Objetivo Estratégico

Manter as práticas socioambientais sustentáveis

Indicador

Índice de Responsabilidade socioambiental

Meta Prevista	Valor Alcançado	Percentual de Cumprimento
17.000	22.032	137,7%

Meta Cumprida

Ações da Secretaria Judiciária

PEP 2015-2020

Objetivo Estratégico

Ampliar as formas de conciliação e soluções alternativas de conflitos

- Prêmio Conciliação TRT14
- Semana Nacional da Execução Trabalhista
- Semana Nacional da Conciliação

Indicador

Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento

Meta Prevista	Valor Alcançado	Percentual de Cumprimento
39,54	37,08	93,8%

Índice de Conciliação na Fase de Execução

Meta Prevista	Valor Alcançado	Percentual de Cumprimento
11,28	16,11	142,8%

Meta Cumprida

Ações da Secretaria Judiciária

PEP 2015-2020

Objetivo Estratégico

Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

- Monitoramento mensal do prazo médio, com encaminhamento dos relatórios mensais a diretores e juízes
- Monitoramento dos julgamentos dos processos distribuídos em 2012 e 2013;
- Monitoramento dos processos conclusos fora do prazo legal.

Indicador

Reduzir o tempo médio de duração no processo 1º Grau

Meta Prevista	Valor Alcançado	Percentual de Cumprimento
77,87	84,58	91,4%

Ações da Secretaria Judiciária

PEP 2015-2020

Indicador

Reduzir o tempo médio de duração no processo 2º Grau

Meta Prevista	Valor Alcançado	Percentual de Cumprimento
151,21	157,98	95,5%

Índice de Atendimento à Demanda 1º Grau

Meta Prevista	Valor Alcançado	Percentual de Cumprimento
100	92,14	92,1%

Índice de Atendimento à Demanda 2º Grau

Meta Prevista	Valor Alcançado	Percentual de Cumprimento
100	92,6	92,6%

Ações da Secretaria Judiciária

PEP 2015-2020

Objetivo Estratégico

Garantir a efetividade das execuções trabalhistas e fiscais

- Prêmio Conciliação TRT14
- Semana Nacional da Execução Trabalhista
- Semana Nacional da Conciliação
- Monitoramento mensal das unidades de 1º Grau;
- Difusão dos conceitos “baixa” e taxa de congestionamento e da nova metodologia da Res. 76/2009 do CNJ;

Indicador

Índice de Execução

Meta Prevista	Valor Alcançado	Percentual de Cumprimento
100	169,79	169,8%

Meta Cumprida

Ações da Secretaria Judiciária

META 1 do CNJ

- Monitoramento mensal dos processos solucionados, com encaminhamento dos relatórios mensais a diretores e juízes
- Monitoramento dos julgamentos dos processos distribuídos em 2012 e 2013;
- Monitoramento dos processos conclusos fora do prazo legal e expedição de ofícios para prolação das sentenças;
- Disponibilização de novos relatórios no e-Gestão e na *intranet*.

RISCO

Aumento inesperado da demanda processual em Ji-Paraná.

Acompanhamento da META 1 do CNJ

Descrição da Vara	Casos novos por distribuição	Solucionados	Resultado parcial
Ariquemes - 01a Vara	765	713	Meta não cumprida (93,2)
Ariquemes - 02a Vara	696	746	Meta cumprida (107,18)
Buritit - 01a Vara	350	314	Meta não cumprida (89,71)
Cacoal - 01a Vara	2.045	1.537	Meta não cumprida (75,16)
Colorado do Oeste - 01a Vara	419	395	Meta não cumprida (94,27)
Cruzeiro do Sul - 01a Vara	616	541	Meta não cumprida (87,82)
Epitaciolândia - 01a Vara	432	419	Meta não cumprida (96,99)
Feijó - 01a Vara	448	368	Meta não cumprida (82,14)
Guajará-Mirim - 01a Vara	265	270	Meta cumprida (101,89)
Jaru - 01a Vara	369	376	Meta cumprida (101,9)
Ji-Paraná - 01a Vara	1.802	834	Meta não cumprida (46,28)
Ji-Paraná - 02a Vara	1.867	912	Meta não cumprida (48,85)
Machadinho D'Oeste - 01a Vara	224	199	Meta não cumprida (88,84)
Ouro Preto do Oeste - 01a Vara	343	302	Meta não cumprida (88,05)
Pimenta Bueno - 01a Vara	424	535	Meta cumprida (126,18)
Plácido de Castro - 01a Vara	264	328	Meta cumprida (124,24)
Porto Velho - 01a Vara	1.080	1.076	Meta não cumprida (99,63)
Porto Velho - 02a Vara	1.114	1.066	Meta não cumprida (95,69)

Acompanhamento da META 1 do CNJ

Porto Velho - 03a Vara	1.207	1.089	Meta não cumprida (90,22)
Porto Velho - 04a Vara	1.189	1.101	Meta não cumprida (92,6)
Porto Velho - 05a Vara	1.179	1.009	Meta não cumprida (85,58)
Porto Velho - 06a Vara	1.107	1.047	Meta não cumprida (94,58)
Porto Velho - 07a Vara	1.049	1.219	Meta cumprida (116,21)
Porto Velho - 08a Vara	1.134	1.049	Meta não cumprida (92,5)
Rio Branco - 01a Vara	1.028	900	Meta não cumprida (87,55)
Rio Branco - 02a Vara	983	886	Meta não cumprida (90,13)
Rio Branco - 03a Vara	1.037	851	Meta não cumprida (82,06)
Rio Branco - 04a Vara	1.026	929	Meta não cumprida (90,55)
Rolim de Moura - 01a Vara	1.247	1.557	Meta cumprida (124,86)
São Miguel do Guaporé - 01a Vara	390	515	Meta cumprida (132,05)
Sena Madureira - 01a Vara	655	648	Meta não cumprida (98,93)
Vilhena - 01a Vara	942	1.439	Meta cumprida (152,76)
TOTAL 1 GRAU	27.696	25.170	Meta não cumprida (90,88)
TOTAL 2 GRAU	6.512	5.530	Meta não cumprida (84,92)

META 2 do CNJ



META 5 do CNJ



META 6 do CNJ



Ações da Secretaria Judiciária

META 7 do CNJ

- Monitoramento mensal dos processos solucionados, com encaminhamento dos relatórios mensais a diretores e juízes;
- Monitoramento dos julgamentos dos processos dos maiores litigantes;
- Identificação das unidades com maior passivo de processos referentes aos maiores litigantes e designação de magistrados e servidores para atuação nas VT's de Rolim de Moura, Cacoal e Ji-Paraná para atendimento da demanda.

RISCO

Aumento inesperado da demanda processual em Ji-Paraná.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Alice Moraes Moreira

PEP 2015-2020

Objetivo Estratégico

Maximizar a Governança de Gestão de
Pessoas

Indicador

Índice de Governança da Gestão de Pessoas
- IGovGP

PEP 2015-2020

Meta 2020

Atingir a média de governança em gestão
de pessoas igual a 100%

Meta para o ano de 2015

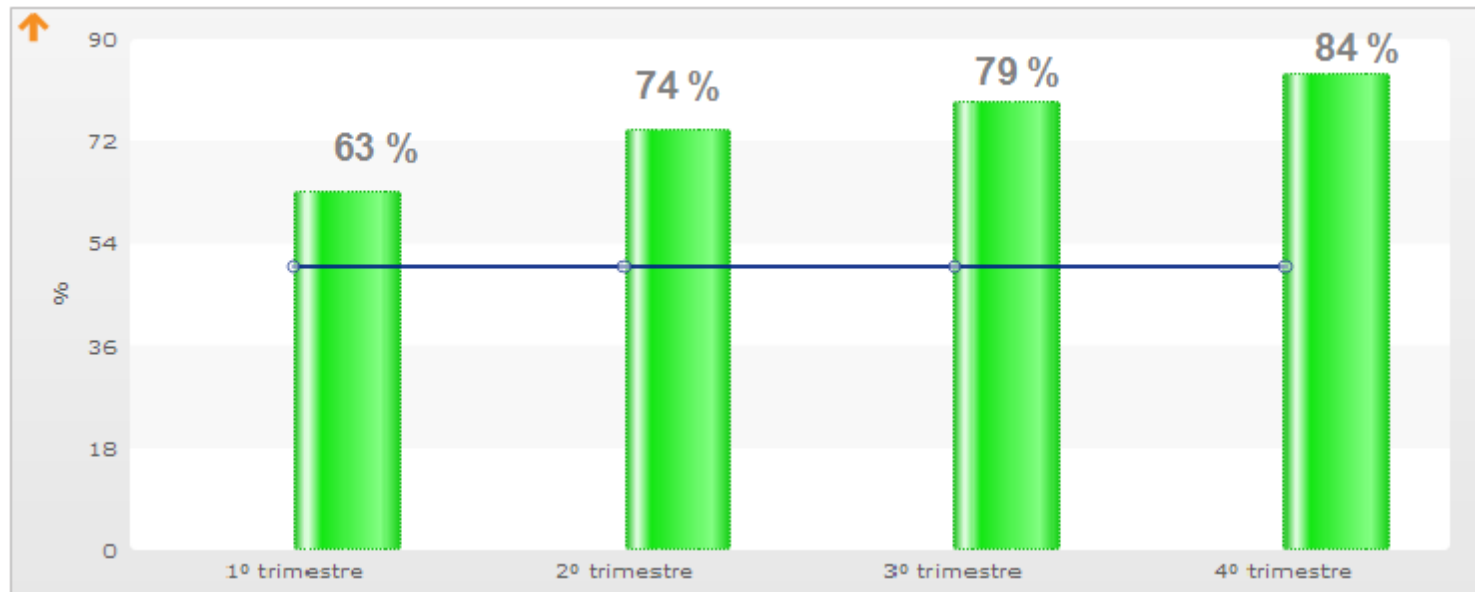
50%

**Resultados Acumulados janeiro a
novembro de 2015**

84%

PEP 2015-2020

Índice de Governança da Gestão de Pessoas (IGovGP)



Fonte: SIGEST

Resultado até nov/2015

PEP 2015-2020

Iniciativas Desenvolvidas

- ✓ Continuidade do Programa de Gestão de Pessoas por competências;
- ✓ Remoção de servidores por intermédio de editais de seleção interna para as funções comissionadas baseada em competências.

PEP 2015-2020

Iniciativas Desenvolvidas

- ✓ Desenvolvimento, em parceria com a Ejud, de Cursos de Docência e Tutoria Interna;
- ✓ Atuação da Comissão de Avaliação de Desempenho.

PEP 2015-2020

Iniciativas em estudo para implementação

- ✓ Estabelecer e aferir o desempenho do servidor também com base no desempenho da sua unidade/setor.

(minuta de nova regulamentação em fase final de elaboração)

- (Indicador IGOVGP P8.3.1: O Tribunal estabelece metas de desempenho individuais e/ou de equipes alinhadas com as metas das unidade e do PEP)?

Plano de Gestão 2015-2016

Ações Prioritárias

- **AP6:** Capacitar continuamente magistrados e servidores em Pje-JT e sua integração com o e-Gestão.
- **AP8:** Realizar concurso Público para contratação de novos servidores.

Plano de Gestão 2015-2016

Ações Prioritárias

Concurso Público

- ✓ Já publicado edital de concurso público para novos servidores;
- ✓ Ênfase na seleção de candidatos que detenham as competências necessárias ao TRT 14ª Região;
- ✓ Provas dia 28-2-2016;
- ✓ Previsão de resultado final(abril/maio 2016).

Plano de Gestão 2015-2016

Ações Prioritárias

Capacitações em PJe

- ✓ Até novembro de 2015, foram capacitados, em parceria com a EJUD, **345** magistrados e servidores no Curso “Pje-JT e sua integração com o e-Gestão”.

Plano de Gestão 2015-2016

Ações Prioritárias

Outras Iniciativas para o Plano de Gestão 2015-2016

- ✓ Estabelecer critérios de lotação de servidores considerando, além da movimentação processual, outros critérios, como o absenteísmo;
- ✓ Capacitação dos novos gestores em avaliação de desempenho.

NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Frank Luz de Freitas

PEP 2015-2020

Objetivo estratégico: Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas

Medido atualmente através de 3 indicadores:

Índice de Absenteísmo, Índice de Prevenção à Saúde e Índice de Qualidade de Vida

Indicador: Índice de Absenteísmo (IA)

Meta 2020: Reduzir e manter o índice de absenteísmo para 2%.

Meta 2015: 3,5%

Resultados acumulados jan/nov 2015:

1º Trimestre: 5,71% 3º Trimestre: 4,52%

2º Trimestre: 5,51% 4º Trimestre: 2,25%

- Índice é medido através de percentual que considera número total de dias de afastamento do trabalho, número de servidores e número de dias úteis no mês.
- A maior causa de afastamento é em função de LTS e LTS-PF, diante disso o Núcleo de Saúde sugeriu revisão da RA 128, mas também são necessários estudos sobre o adoecimento a fim de identificar outras medidas efetivas de promoção e qualidade de vida do trabalhador do TRT da 14ª Região.

Fonte: Sigest

PEP 2015-2020

Indicador: Índice de Prevenção de Saúde (IPS)

META 2020: Alcançar e manter 80% dos servidores e magistrados com exame médico periódico preventivo regularizado.

2015: maior ou igual a 60%

Resultados acumulados jan/nov 2015:

1º Trimestre: 0,60% 3º Trimestre: 27,17%

2º Trimestre: 11,15% 4º Trimestre: 34,55%

OBSERVAÇÕES:

- Empresa contratada para elaborar o PCMSO e o PPRA e fazer os exames periódicos;
- Envio de médicos aos municípios de Ji-Paraná, Ouro Preto, Jaru e Cacoal;
- Solicitação de apoio da Unimed para disponibilizar médicos do trabalho (Ariquemes, Rolim de Moura e Rio Branco);
- **Sensibilização:** Reunião com os gestores; campanha de divulgação interna; visita às unidades do TRT; contatos via e-mail e telefone com os gestores;
- **Dificuldades encontradas:** Dificuldade de disponibilização de médicos do trabalho no interior do Estado de RO e AC. Equipe de enfermagem reduzida. Resistência/falta de interesse de servidores e magistrados.

Fonte: Sigest

PEP 2015-2020

Indicadores: Índice de Qualidade de Vida (IGovQV)

Meta 2020: Implantar e manter 90% dos benefícios de qualidade de vida, até 2020.
2015: 70%

Resultados acumulados jan/nov 2015:

1º Trimestre: 70% 3º Trimestre: 85%

2º Trimestre: 75% 4º Trimestre: 90%

OBSERVAÇÃO

- Ações de promoção de saúde (interiorizando, vacinação, periódicos); PCMSO-PPRA, exames ocupacionais; programa de controle da hipertensão, saúde bucal, vacinação na capital, atendimento médico-odontológico-psicológico-social interno; espaço convivência; restaurante; ações cívicas, (nem todas coordenadas pelo NAS).
- Reativação do programa de prevenção bucal (dia do aniversário) para magistrados e servidores.
- Programa Qualidade de Vida ao Seu Alcance

Fonte: Sigest

Programa Saúde e Qualidade de Vida ao seu Alcance

Ações e projetos em andamento:

- PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) para Porto Velho/RO;
- Ginástica Laboral;
- Massoterapia;
- Acompanhamento de Licenciados (apoio à utilização do Plano de Saúde);
- PAOC (Programa de Assistência Odontológica);
 - Interiorizando Ações de Saúde;
- Visitação às unidades administrativas e judiciárias de Porto Velho, informando/sensibilizando sobre a importância dos periódicos;
- Credenciamento de Academias de Ginástica.

Ações e projetos que iniciarão em 2016:

- PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) para o interior do Estado de Rondônia e Estado do Acre;
- Credenciamento de Médicos para atender o Estado do Acre e interior de Rondônia;
 - Credenciamento de Nutricionistas;
 - Credenciamento de Fisioterapeutas;
- Projeto de Aferição Arterial e Glicemia nos Postos de Trabalho;
- PAOC II - Ampliação dos serviços de Odontologia;
 - Ciclo de Palestras de Saúde,
- PPA – Programa de Preparação para Aposentadoria e Vida Plena.

DIRETORIA GERAL DAS SECRETARIAS

Raimundo José Zacarias da Costa

Plano de Gestão 2015-2016

Ações Prioritárias

AP4: Aquisição de terreno e aprovação do projeto para construção do prédio para abrigar as Varas do Trabalho de Porto Velho.

PROVIDÊNCIAS

- Conforme deliberação na ata da 2ª RAE, no mês de julho, o imóvel do Tribunal, situado na Avenida Rio de Janeiro com Rogério Weber, foi devolvido a SPU, por meio do Ofício nº 673/2015-GP.

Plano de Gestão 2015-2016

Ações Prioritárias

COMPROMISSO ASSUMIDO

- Manter as tratativas com a SPU/RO no sentido de que outro imóvel seja disponibilizado para o Tribunal, a fim de construir o novo prédio para o Fórum e as Varas Trabalhistas de Porto Velho.



SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Lélio Lopes Ferreira Júnior

PLANO DE GESTÃO 2015-2016

- MAPA DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 2015-2016
- **LINHA PRIORITÁRIA DE ATUAÇÃO**
- Governança Administrativa e Gestão de Pessoas.
- **DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL**
- Sobrecarga de trabalho.
- AP9 – Ação Prioritária 9 – Propiciar os meios necessários objetivando a implantação no âmbito do TRT14 do Módulo Licitações e Contratos integrantes do projeto GAE – Gestão Administrativa Eletrônica da Justiça do Trabalho.



PLANO DE GESTÃO 2015-2016

- O Módulo Licitações e Contratos encontra-se em fase de conclusão pelo e. TRT-4ª Região e passará a ser utilizado na 4ª Região em dezembro de 2016.
- A meta é que a partir de março/2016 o sistema será repassado para os Regionais com prioridades para os que estão em regime de colaboração, como é o caso do TRT-14ª Região.
- O Módulo integra o Projeto GAE – Gestão Administrativa Eletrônica da Justiça do Trabalho.
- Sua importância para a Justiça do Trabalho, é indiscutível, na medida em que disponibilizará aos Tribunais um sistema hoje inexistente e que deverá atender a todas as necessidades da área, além de ser integrado aos demais módulos administrativos, com ganhos evidentes de eficiência e qualidade.



PLANO DE GESTÃO 2015-2016

- O QUE SE PRETENDE COM O SISTEMA?
- A pretensão do sistema é automatizar algumas tarefas e permitir a emissão automatizada de alguns documentos a partir de modelos.



PLANO DE GESTÃO 2015-2016

OBJETIVO DO SISTEMA

- O objetivo é evitar o retrabalho, diminuir a ocorrência de erros e conferir celeridade aos trâmites administrativos. Considera-se, pois, que haverá efetivamente a otimização do trabalho



PLANO DE GESTÃO 2015-2016



- O que se pretende evitar com a criação do Módulo Licitações e Contratos:
 - 1 – Em primeiro lugar, o retrabalho.
 - 2 – Facilitar sobremaneira o trabalho de Gestores, Pregoeiros, Fiscais e demais servidores envolvidos e facilitar o serviço, hoje complexo diante das dificuldades que se apresentam em todos os órgãos do judiciário trabalhista.
 - 3 – Evitar problemas aos gestores com os órgãos de controle.

PLANO DE GESTÃO 2015-2016



- **PREOCUPAÇÃO DO GESTOR**
- Finalizar bem uma compra e a gestão dos contratos.
- Preocupação maior da S.A.: que o Gestor e o Fiscal continuem a desenvolver a contento os seus serviços, observando os prazos e evitando-se a famosa dispensa de licitação, haja vista a possibilidade de fracionamento da compra ou de contratação emergencial. E que o contrato seja bem gerido.

PLANO DE GESTÃO 2015-2016

- **O módulo Licitações e Contratos**
- O grupo de Trabalho para a implantação do módulo está ao encargo da 4ª, 13ª, 14ª e 15ª Regiões;
- O Sistema encontra-se na seguinte fase: Está finalizado. Em dezembro será instalado no TRT-4 e em março de 2016 será disponibilizado para os Tribunais colaboradores, dentre os quais está o TRT-14ª Região.



PLANO DE GESTÃO 2015-2016

- **A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA**
- Como já citado no início da apresentação a implantação do sistema, ou seja, o prazo inicial conferido para a conclusão do projeto pela 4ª Região é Dezembro/2015 e para os Tribunais colaboradores, Março/2016.



PLANO DE GESTÃO 2015-2016

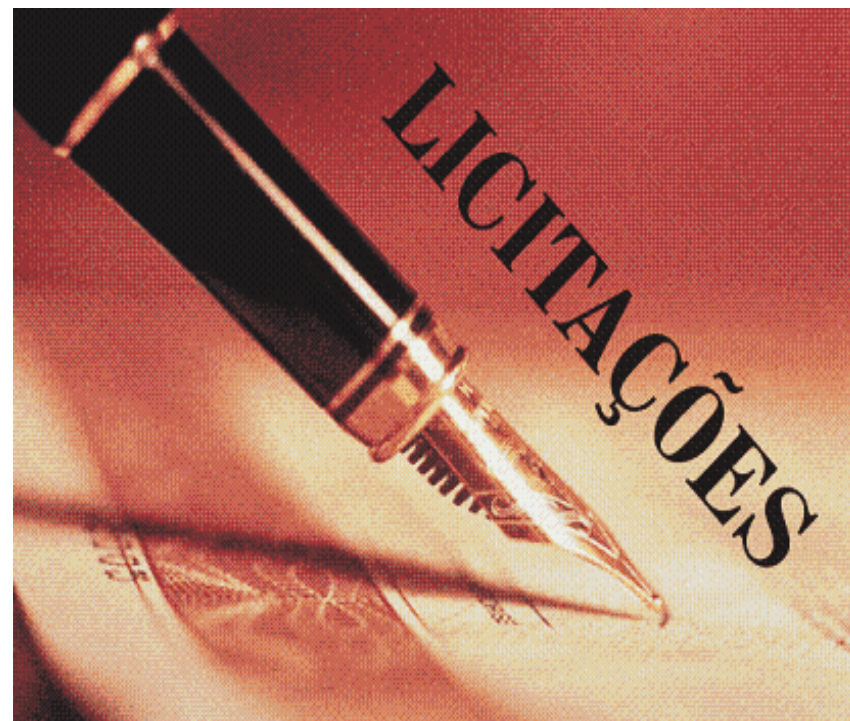
- **FINALIDADE DO SISTEMA**

- O sistema tem como finalidade funcionar como uma base de dados para todos os processos de aquisições dos Tribunais, com algumas possibilidades de automação. Futuramente, pretende-se que o sistema se comunique com outros sistemas, tais como SIAFI, COMPRASNET, etc, integração esta que dependerá do contato institucional da JT com órgãos do Poder Executivo. Atualmente, pelo que se tem conhecimento, nenhum sistema de licitações e contratos possui este tipo de integração.



PLANO DE GESTÃO 2015-2016

- E-licitações
- O sistema que está em desenvolvimento também não pretende substituir as ferramentas hoje existentes para processamento das licitações, uma vez que, diante da complexidade técnica, demandaria um novo projeto.
- Licitações-e e Comprasnet



PLANO DE GESTÃO 2015-2016

O SISTEMA TRARÁ MODELOS?

- A ideia para o sistema é que os modelos de expedientes sejam "customizados", ou seja, cada Tribunal alimentaria os seus modelos no sistema.



PLANO DE GESTÃO 2015-2016

- O módulo integra o projeto GAE – Gestão Administrativa Eletrônica da Justiça do Trabalho e sua importância para a Justiça do Trabalho, é indiscutível, na medida em que disponibilizará aos Tribunais um sistema hoje inexistente e que deverá atender a todas as necessidades da área, além de ser integrado aos demais módulos administrativos, com ganhos evidentes de eficiência e qualidade.



PLANO DE GESTÃO 2015-2016

- **BANCO DE PREÇOS**
- Sistema para facilitar as pesquisas de preços para os Gestores/Fiscais
- Com este sistema nós conseguimos atingir a meta estabelecida pela Portaria n. 3036/2013, que regulamenta a pesquisa de preços.
- TCU exige pelo menos três pesquisas de preços válidas.
- TRT pede cinco pesquisas, se não for atingido esse número, deve ser justificado pelo gestor o porquê de tal situação.



PLANO DE GESTÃO 2015-2016

- **BANCO DE PREÇOS**
- **Adquiriu-se mediante pesquisas com o banco de preços:**
- **Veículos**
- **Serviços de Conservação e Limpeza**
- **Economia para o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, tempo, desnecessidade de licitação.**
- **Acesso, mediante senha. Para tanto basta procurar a Secretaria Administrativa que poderá informar todos os passos para o serviço ou produto que se pretende adquirir.**



PLANO DE GESTÃO 2015-2016

- **Portaria n. 2146/2015**
- **Regulamenta o Plano anual de aquisições.**
- O principal foco desse plano anual de aquisições está na exigência do TCU e principalmente para atendimento ao planejamento que todo órgão deve ter para aquisição de seus bens e serviços.
- Doravante tudo o que for comprado ou contratado pelo Tribunal terá que ser planejado, desde uma simples borracha ao mais complexo serviço, salvo, logicamente, o que for imprevisível.



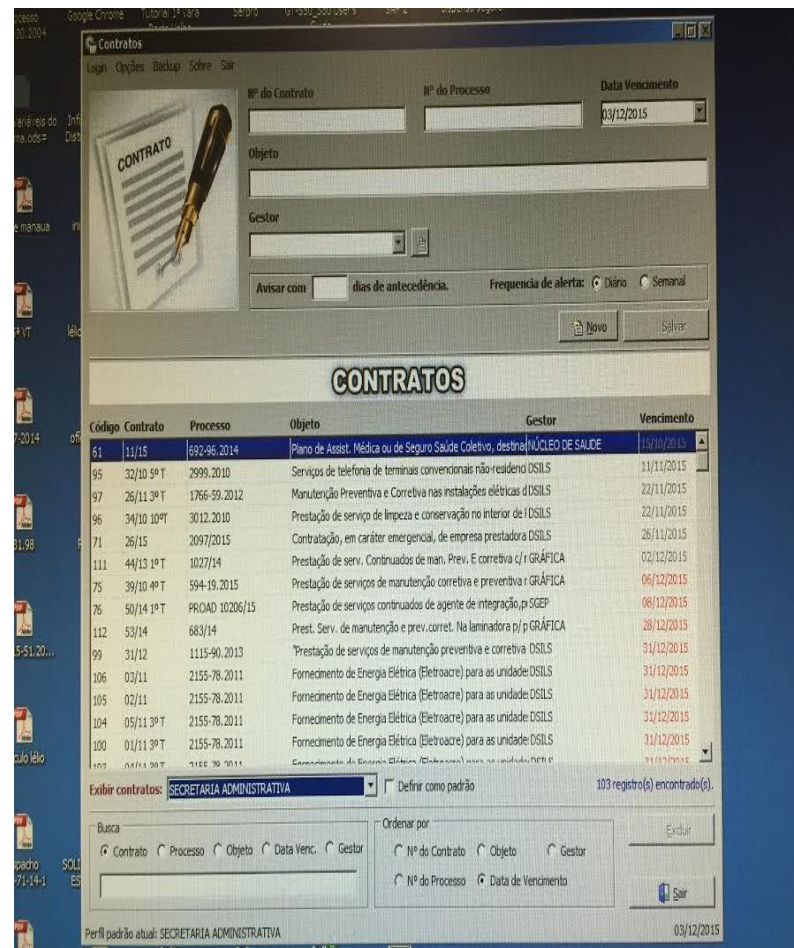
Antes de começar, é preciso um plano, e depois de planejar, é preciso execução imediata.

(Sêneca)

kdfrases.com

PLANO DE GESTÃO 2015-2016

- Está sendo tratada como demanda pela Secretaria Administrativa em conjunto com a Setic, uma nova ferramenta, que irá ser instalada diretamente na máquina do gestor e que o avisará sempre do vencimento de seus contratos.
- Em 2015 tivemos problemas com alguns gestores que não conseguiram gerir a contento seus contratos, porém, todos foram devidamente regularizados pela Administração, havendo necessidade de trabalhos emergenciais, quando poderíamos estar trabalhando com o planejamento adequado. Ressalvando que temos 124 contratos e entre convênios e termos de cooperação técnica temos o número de 82.
- Assim, além do quadro de contratos que podem ser consultados pelo Gestor, verificamos que uma ferramenta mais forte deveria ser implementada com o fito de que a Secretaria Administrativa diminuísse a cobrança para com o gestor com emails, malotes digitais e este estivesse sempre lembrado de sua obrigação.



PLANO DE GESTÃO 2015-2016

- OBRIGADO
- Contamos com todos para darmos início ao Plano Anual de Aquisições, controle melhor de nossos processos e fazer o mais com o menos, racionalizando etapas.



SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Raimunda Tamar Souza da Rocha

Apresentação

Waldemir Nogueira de Lima

META REGIONAL 14

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Gerir orçamento de forma eficiente e eficaz.

INDICADOR: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado.

Descrição: Mede o orçamento disponibilizado e executado pelo tribunal. Valor Efetivamente Liquidado do Orçamento Disponibilizado.

Meta: Executar, até setembro **65%**, até outubro **73%**, até novembro **81%** e até dezembro **90%** do orçamento anual disponível para 2015, excluídas as despesas com pessoal.

META REGIONAL 14

ESCLARECIMENTOS

- **Valor Efetivamente Liquidado do Orçamento Disponibilizado:** despesas orçamentárias atestadas e reconhecidas pela unidade gestora beneficiária do fornecimento, serviço ou obra (despesas liquidadas).
- **Total do Orçamento Disponibilizado:** orçamento do exercício referente às ações de Apreciação de Causas na JT, Comunicação e Divulgação Institucional, Assistência Jurídica a Pessoas Carentes e projetos específicos cujos recursos são passíveis de empenho.

Observação: Devem ser excluídos do cálculo desse indicador os recursos provenientes de fonte de convênios. Fonte 181.

META REGIONAL 14

EXECUÇÃO POR PROGRAMA/AÇÃO ATÉ NOVEMBRO-2015

PROGRAMA / AÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	% EXECUÇÃO
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	500.000,00	500.000,00	500.000,00	497.211,29	99,44%
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	19.604.221,00	20.193.962,00	18.692.129,32	15.430.547,50	76,41%
COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	282.000,00	282.000,00	220.633,64	185.661,15	65,84%
CAPACITAÇÃO	918.000,00	1.068.000,00	1.027.650,00	930.285,03	87,11%
VARA ITINERANTES	196.000,00	196.000,00	116.016,30	98.016,30	50,01%
FAMA	333.000,00	333.000,00	333.000,00	314.239,41	94,37%
EMENDA PARLAMENTAR	300.000,00	300.000,00	236.917,63	96.175,52	32,06%
TRABALHO SEGURO	0,00	120.000,00	95.986,49	67.446,19	56,21%
TOTAL	22.133.221,00	22.992.962,00	21.222.333,38	17.619.582,39	76,63%

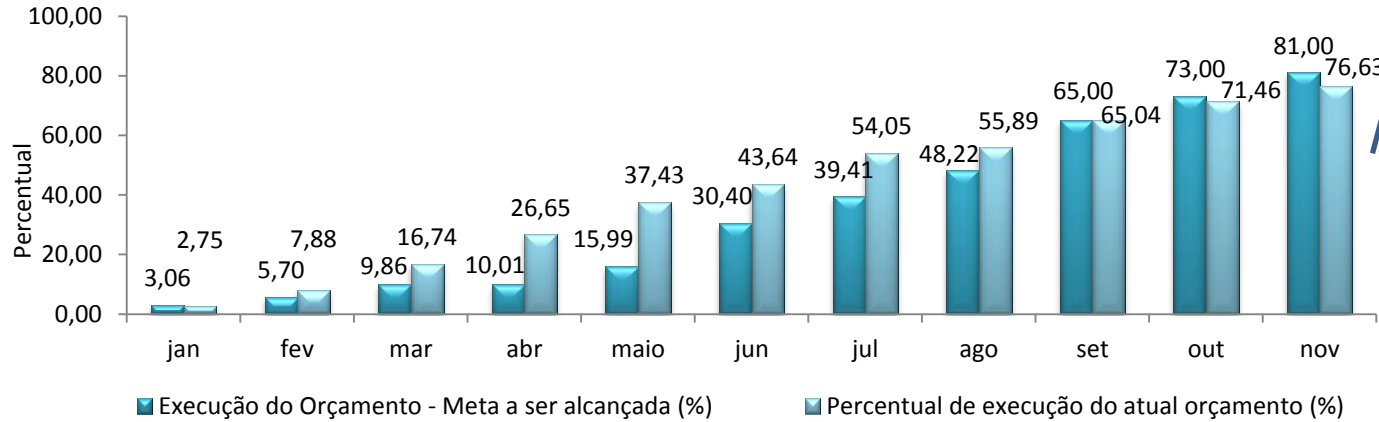
META REGIONAL 14

DESEMPENHO DE JAN/NOV 2015:

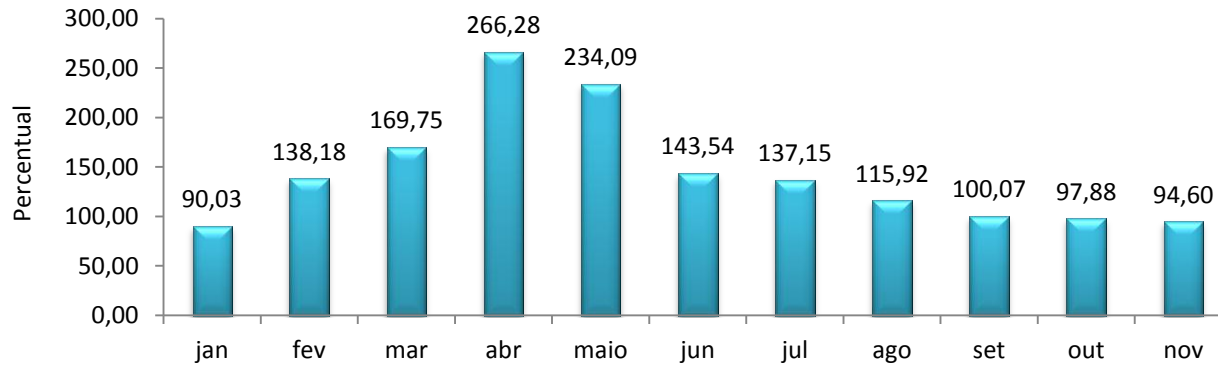
Período	Total do orçamento para cumprimento da meta	Total do Orçamento executado no mês (R\$)	Total Acumulado do orçamento executado no mês (R\$)	Execução do Orçamento - Meta a ser alcançada (%)	Percentual de execução do atual orçamento (%)	Percentual de cumprimento da Meta (%)
jan	21.883.221,00	602.844,34	602.844,34	3,06	2,75	90,03
fev	21.883.221,00	1.120.703,59	1.723.547,93	5,70	7,88	138,18
mar	21.883.221,00	1.939.097,19	3.662.645,12	9,86	16,74	169,75
abr	21.883.221,00	2.170.176,20	5.832.821,32	10,01	26,65	266,28
maio	21.883.221,00	2.358.448,00	8.191.269,32	15,99	37,43	234,09
jun	22.193.221,00	1.493.002,22	9.684.271,54	30,40	43,64	143,54
jul	22.193.221,00	2.311.681,05	11.995.952,59	39,41	54,05	137,15
ago	22.253.221,00	442.402,10	12.438.354,69	48,22	55,89	115,92
set	22.253.221,00	2.035.794,97	14.474.149,66	65,00	65,04	100,07
out	22.253.221,00	1.427.086,03	15.901.235,69	73,00	71,46	97,88
nov	22.992.962,00	1.718.346,70	17.619.582,39	81,00	76,63	94,61
dez						

META REGIONAL 14

GRÁFICOS DE DESEMPENHO DE JAN/NOV 2015



Percentual de execução do orçamento



Percentual de cumprimento da meta

META REGIONAL 14

EXECUÇÃO POR PROGRAMA/AÇÃO ATÉ NOVEMBRO-2015 SEM O CONCURSO

PROGRAMA / AÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	% EXECUÇÃO
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	500.000,00	500.000,00	500.000,00	497.211,29	99,44%
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	17.709.595,00	18.299.336,00	18.297.388,32	15.430.547,50	84,32%
COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	282.000,00	282.000,00	220.633,64	185.661,15	65,84%
CAPACITAÇÃO	918.000,00	1.068.000,00	1.027.650,00	930.285,03	87,11%
VARA ITINERANTES	196.000,00	196.000,00	116.016,30	98.016,30	50,01%
FAMA	333.000,00	333.000,00	333.000,00	314.239,41	94,37%
EMENDA PARLAMENTAR	300.000,00	300.000,00	236.917,63	96.175,52	32,06%
TRABALHO SEGURO	0,00	120.000,00	95.986,49	67.446,19	56,21%
TOTAL	20.238.595,00	21.098.336,00	20.827.592,38	17.619.582,39	83,51%

META REGIONAL 14

Fatores que impactaram a execução orçamentária

- CONCURSO PÚBLICO PARA SERVIDORES – Orçamento reservado no valor de R\$ 1.894.626,00. Há previsão de execução de 40% do valor total contratado ainda neste exercício.



DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E SEGURANÇA

Hely Calixto

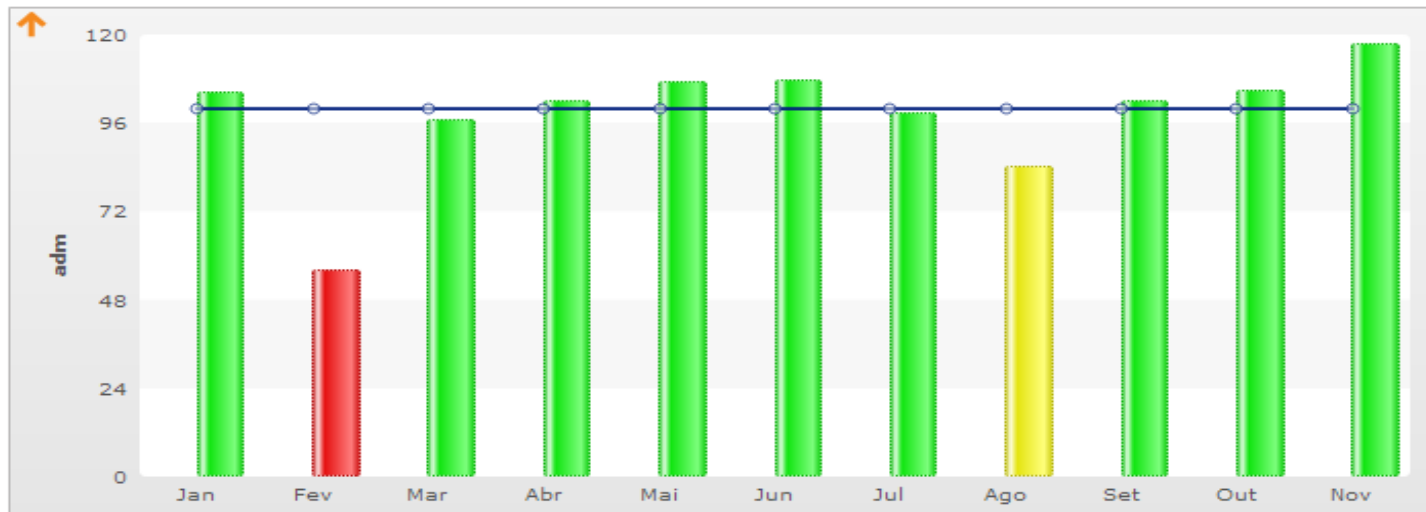
A DSILS é responsável por 2 Indicadores:

- **Índice de Governança da Infraestrutura (IGOVinfra)**

- **Índice de Eficiência Operacional**

- Consumo de Água
- Consumo de Combustíveis;
- Consumo de Energia Elétrica;
- Consumo de Papel A4;
- Despesas com Telefonia.

Resultado do Indicador: Índice de Eficiência Operacional



Período	Previsto	Realizado	Farol	Desempenho	Previsto acumulado	Realizado acumulado	Farol acumulado	Desempenho
Jan	100,00	104,56	●	104,6%	100,00	104,35	●	104,4%
Fev	100,00	61,46	●	61,5%	100,00	55,98	●	56,0%
Mar	100,00	92,36	●	92,4%	100,00	96,97	●	97,0%
Abr	100,00	94,22	●	94,2%	100,00	102,08	●	102,1%
Mai	100,00	106,34	●	106,3%	100,00	107,32	●	107,3%
Jun	100,00	110,39	●	110,4%	100,00	107,41	●	107,4%
Jul	100,00	100,51	●	100,5%	100,00	98,61	●	98,6%
Ago	100,00	84,17	●	84,2%	100,00	84,17	●	84,2%
Set	100,00	102,02	●	102,0%	100,00	102,02	●	102,0%
Out	100,00	104,65	●	104,7%	100,00	104,65	●	104,7%
Nov	100,00	98,58	●	98,6%	100,00	117,21	●	117,2%

Fonte: Sigest

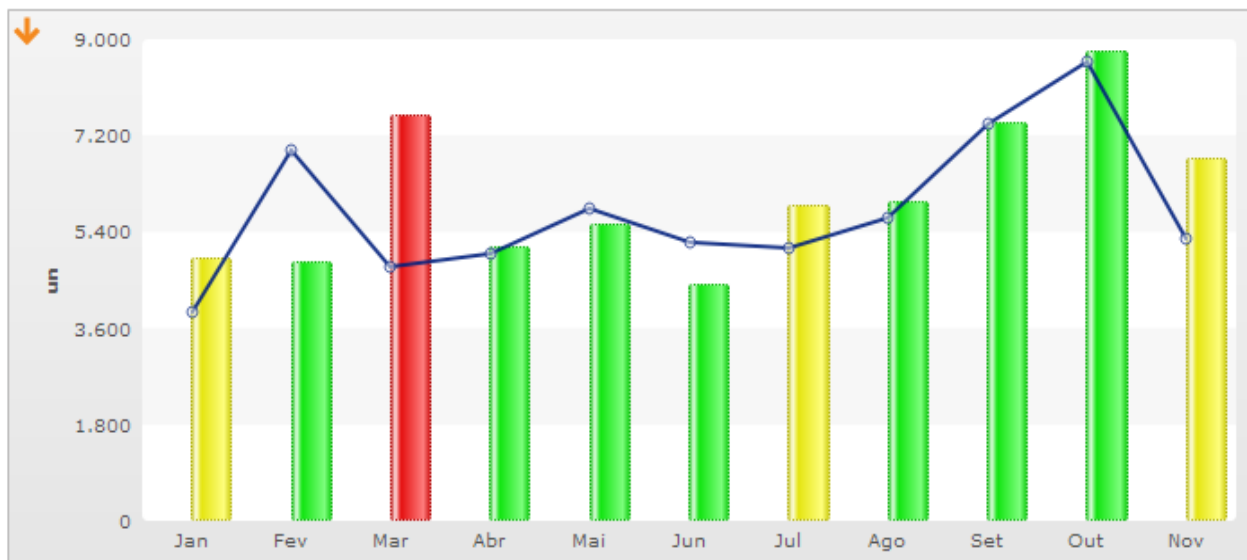
Índice de consumo de água no período



Período	Previsto	Realizado	Farol	Desempenho	Previsto acumulado	Realizado acumulado	Farol acumulado	Desempenho
Jan	1.784,00	1.766,00	●	101,0%	1.784,00	1.766,00	●	101,0%
Fev	1.882,00	1.367,00	●	127,4%	1.882,00	1.367,00	●	127,4%
Mar	1.197,00	1.473,00	●	76,9%	1.197,00	1.473,00	●	76,9%
Abr	1.525,00	2.124,00	●	60,7%	1.525,00	2.124,00	●	60,7%
Mai	1.433,00	1.503,00	●	95,1%	1.433,00	1.503,00	●	95,1%
Jun	1.839,00	1.565,00	●	114,9%	1.839,00	1.565,00	●	114,9%
Jul	1.891,00	1.712,00	●	109,5%	1.891,00	1.712,00	●	109,5%
Ago	2.025,00	1.888,00	●	106,8%	2.025,00	1.888,00	●	106,8%
Set	2.127,00	1.915,00	●	110,0%	2.127,00	1.915,00	●	110,0%
Out	1.805,00	1.868,00	●	96,5%	1.805,00	1.868,00	●	96,5%
Nov	1.863,00	1.499,00	●	119,5%	1.863,00	1.499,00	●	119,5%

Fonte: Sigest

Índice de consumo de combustíveis no período



JAN – Visitação
Varas do Trabalho

MAR – Ciclo de
Varas Itinerantes

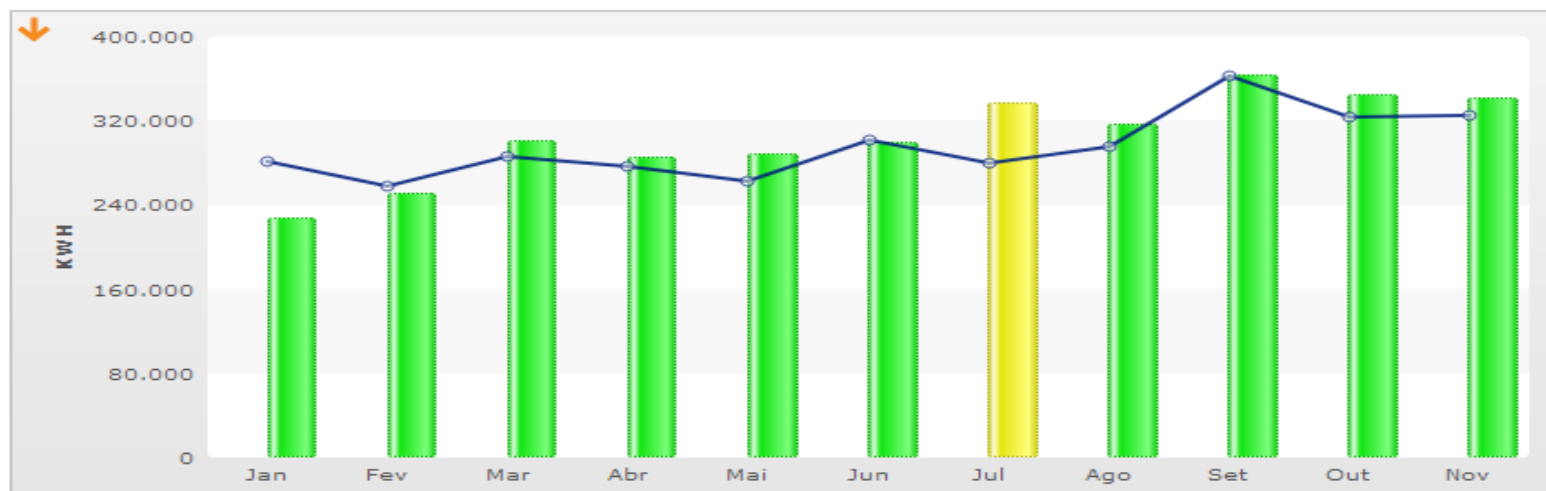
JUL – Ciclo de Varas
Itinerantes

NOV – Entrega
veículos renovação
da frota

Período	Previsto	Realizado	Farol	Desempenho	Valores estimados	Previsto acumulado	Realizado acumulado	Farol acumulado	Desempenho	Valores estimados
Jan	3.917,00	4.912,72	●	74,6%		3.917,00	4.912,72	●	74,6%	
Fev	6.937,00	4.849,67	●	130,1%		6.937,00	4.849,67	●	130,1%	
Mar	4.752,00	7.591,08	●	40,3%		4.752,00	7.591,08	●	40,3%	
Abr	4.981,00	5.100,32	●	97,6%		4.981,00	5.100,32	●	97,6%	
Mai	5.834,00	5.545,65	●	104,9%		5.834,00	5.545,65	●	104,9%	
Jun	5.204,00	4.420,27	●	115,1%		5.204,00	4.420,27	●	115,1%	
Jul	5.087,00	5.872,85	●	84,6%		5.087,00	5.872,85	●	84,6%	
Ago	5.671,00	5.958,02	●	94,9%		5.671,00	5.958,02	●	94,9%	
Set	7.431,00	7.445,70	●	99,8%		7.431,00	7.445,70	●	99,8%	
Out	8.584,00	8.774,00	●	97,8%		8.584,00	8.774,00	●	97,8%	
Nov	5.276,00	6.756,37	●	71,9%		5.276,00	6.756,37	●	71,9%	

Fonte: Sigest

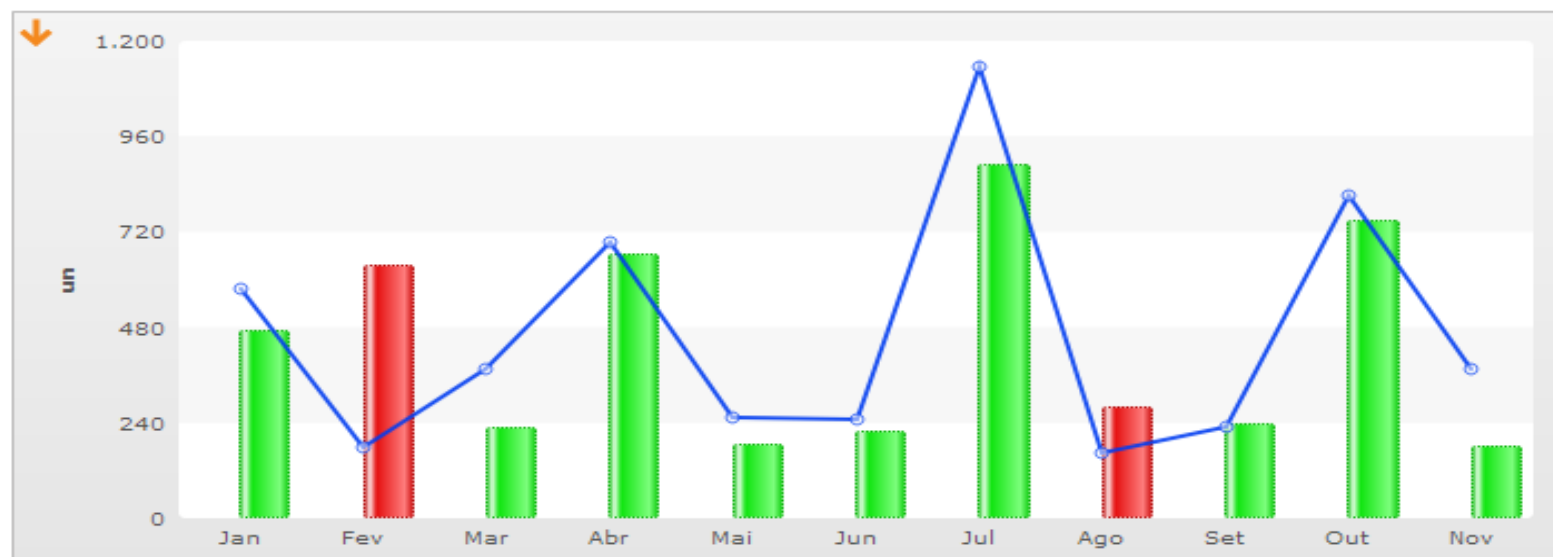
Índice de consumo de energia elétrica no período



Período	Previsto	Realizado	Farol	Desempenho	Previsto acumulado	Realizado acumulado	Farol acumulado	Desempenho
Jan	281.647,00	227.079,00	●	119,4%	281.647,00	227.079,00	●	119,4%
Fev	258.195,00	250.071,00	●	103,1%	258.195,00	250.071,00	●	103,1%
Mar	285.626,00	300.794,00	●	94,7%	285.626,00	300.794,00	●	94,7%
Abr	276.768,00	285.479,00	●	96,9%	276.768,00	285.479,00	●	96,9%
Mai	262.482,00	288.194,00	●	90,2%	262.482,00	288.194,00	●	90,2%
Jun	302.098,00	299.441,00	●	100,9%	302.098,00	299.441,00	●	100,9%
Jul	280.359,00	336.997,00	●	79,8%	280.359,00	336.997,00	●	79,8%
Ago	295.697,00	316.549,00	●	92,9%	295.697,00	316.549,00	●	92,9%
Set	363.143,00	363.498,00	●	99,9%	363.143,00	363.498,00	●	99,9%
Out	322.780,00	344.861,00	●	93,2%	322.780,00	344.861,00	●	93,2%
Nov	325.286,00	341.636,00	●	95,0%	325.286,00	341.636,00	●	95,0%

Fonte: Sigest

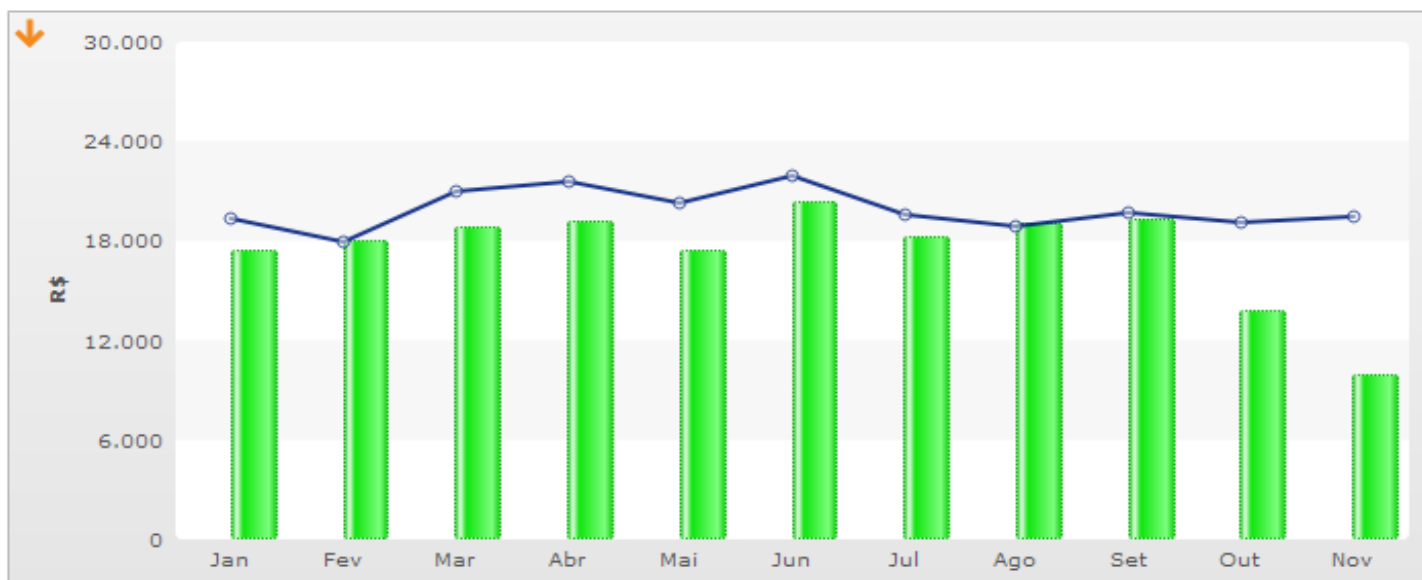
Índice de consumo de papel A4 no período (monitorado pela DSMP)



Período	Previsto	Realizado	Farol	Desempenho	Previsto acumulado	Realizado acumulado	Farol acumulado	Desempenho
Jan	575	472	●	117,9%	575	472	●	117,9%
Fev	180	635	●	-152,8%	180	635	●	-152,8%
Mar	377	228	●	139,5%	377	228	●	139,5%
Abr	696	664	●	104,6%	696	664	●	104,6%
Mai	253	183	●	127,7%	253	183	●	127,7%
Jun	250	216	●	113,6%	250	216	●	113,6%
Jul	1.134	887	●	121,8%	1.134	887	●	121,8%
Ago	162	280	●	27,2%	162	280	●	27,2%
Set	232	236	●	98,3%	232	236	●	98,3%
Out	811	750	●	107,5%	811	750	●	107,5%
Nov	377	181	●	152,0%	377	181	●	152,0%

Fonte: Sigest

Índice de Despesas com telefonia no período



Período	Previsto	Realizado	Farol	Desempenho	Previsto acumulado	Realizado acumulado	Farol acumulado	Desempenho
Jan	19.281,00	17.370,75	●	109,9%	19.281,00	17.370,75	●	109,9%
Fev	17.934,00	18.032,14	●	99,5%	17.934,00	18.032,14	●	99,5%
Mar	20.947,00	18.770,84	●	110,4%	20.947,00	18.770,84	●	110,4%
Abr	21.553,00	19.109,70	●	111,3%	21.553,00	19.109,70	●	111,3%
Mai	20.242,00	17.454,47	●	113,8%	20.242,00	17.454,47	●	113,8%
Jun	21.938,00	20.291,80	●	107,5%	21.938,00	20.291,80	●	107,5%
Jul	19.594,00	18.234,03	●	106,9%	19.594,00	18.234,03	●	106,9%
Ago	18.889,00	19.068,54	●	99,0%	18.889,00	19.068,54	●	99,0%
Set	19.648,00	19.227,01	●	102,1%	19.648,00	19.227,01	●	102,1%
Out	19.151,00	13.732,79	●	128,3%	19.151,00	13.732,79	●	128,3%
Nov	19.489,00	9.858,17	●	149,4%	19.489,00	9.858,17	●	149,4%

Fonte: Sigest

Índice de Governança da Infraestrutura (IGO Vinfra)

QUESITOS PENDENTES

TRT14(P11.1.1) O Tribunal possui **Plano de Obras** aprovado alinhado às Resoluções 70/2010-CSJT e 114/2010-CNJ? **NÃO***

TRT14(P11.1.2) O **Plano de Obras** do Tribunal foi aprovado pelo seu Pleno, bem como suas atualizações ou alterações? **NÃO***

TRT14(P11.1.6) Para a avaliação, aprovação e **priorização das obras** é emitido parecer técnico das unidades de engenharia, planejamento, orçamento e finanças e unidade de controle interno? **NÃO**

TRT14(P11.1.7) O Tribunal encaminhou seu **Plano de Obras** ao CSJT acompanhado de justificativa técnica do Sistema de Priorização de Obras adotado? **NÃO***

Dados até 30/11/2015 * Plano de Obras em tramitação nos autos 000085258.2013.5.14.0000

Plano de Gestão 2015-2016

Ações Prioritárias

AP1: Aparelhar as Varas do Trabalho com equipamentos e mobiliário adequados, observando os critérios de acessibilidade e sustentabilidade.

- Foi adquirida mobília para atender às necessidades das Varas de Sena Madureira, São Miguel do Guaporé, Feijó, Epitaciolândia, Cruzeiro do Sul, 1ª VT Porto Velho e Unidades Administrativas do Tribunal.

Plano de Gestão 2015-2016

Ações Prioritárias

AP2: Reformar, restaurar, adequar e ampliar as instalações físicas das Unidades de 1º Grau.

- Em fase de execução a ampliação do Fórum Trabalhista de Ariquemes, contemplando a execução da sede própria da 1ª VT do Trabalho daquele Fórum;
- Concluído o projeto de reforma e ampliação do Fórum de Rio Branco/AC – Licitação da execução da obra designada para 21/12/2015 – execução em 2016;
- Contratada empresa para realização da obra de reforma e ampliação da Vara do Trabalho de Cacoal;
- Recebido o terreno para construção da Vara do Trabalho de Plácido de Castro/AC – atualmente em tramitação os projetos para demolição de edificação existente e contratação de projetos de arquitetura e complementares (estrutura de concreto, eletrológico, hidrosanitário, combate a incêndio, etc) – para execução em 2016

Plano de Gestão 2015-2016

Ações Prioritárias

AP3: Renovar a frota de veículos das Unidades de 1º Grau, conforme diretrizes e necessidades da Unidade Gestora do Regional.

- Foram adquiridos 19 veículos tipo caminhonete (100% da frota do 1º Grau foi revitalizada);
- 02 veículos de representação;
- 01 veículo de serviço.

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Christianne Mendonça

MAPA ESTRATÉGICO CORPORATIVO DO TRT DA 14ª REGIÃO 2015-2020

Identidade Organizacional

Visão de Futuro

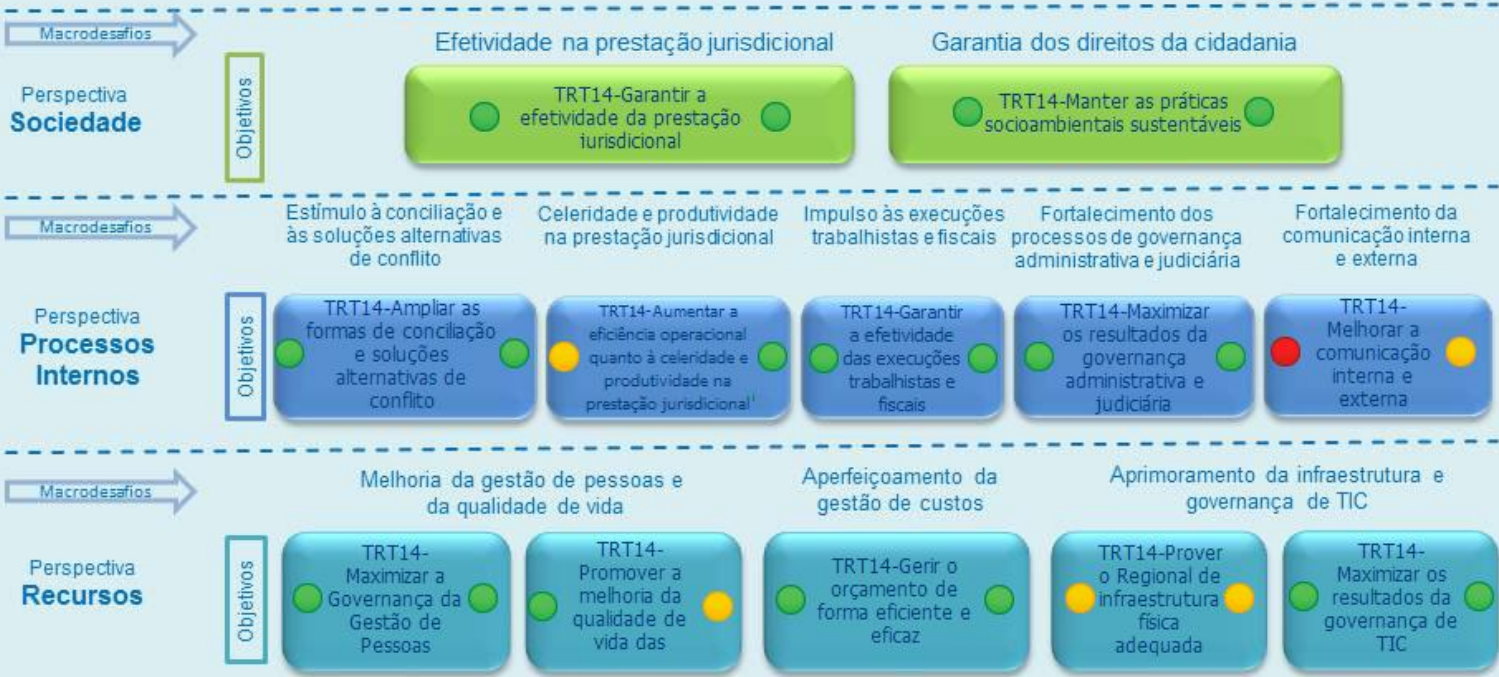
TRT14-Consolidar-se perante a sociedade como referência de credibilidade na prestação jurisdicional

Missão

Realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, com celeridade e efetividade, promovendo a paz social e o fortalecimento da cidadania

Valores Institucionais

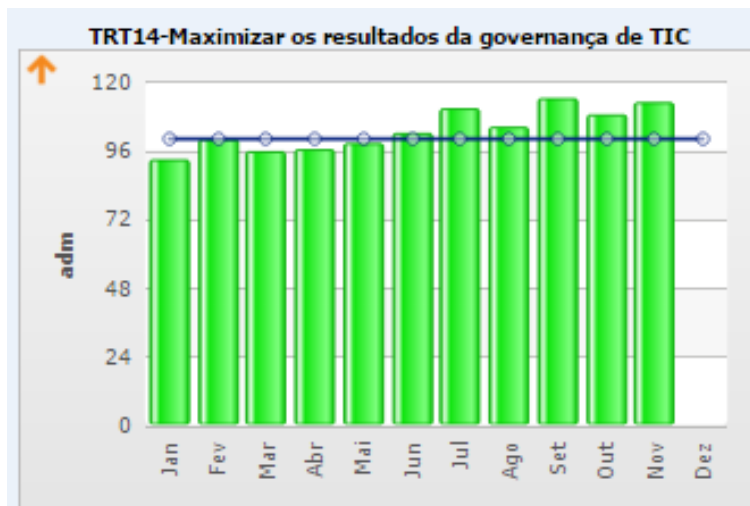
Ética	Impessoalidade
Transparência	Responsabilidade socioambiental
Celeridade	Acessibilidade
Inovação	Respeito e Valorização do Ser Humano
Probidade	Comprometimento
	Qualidade



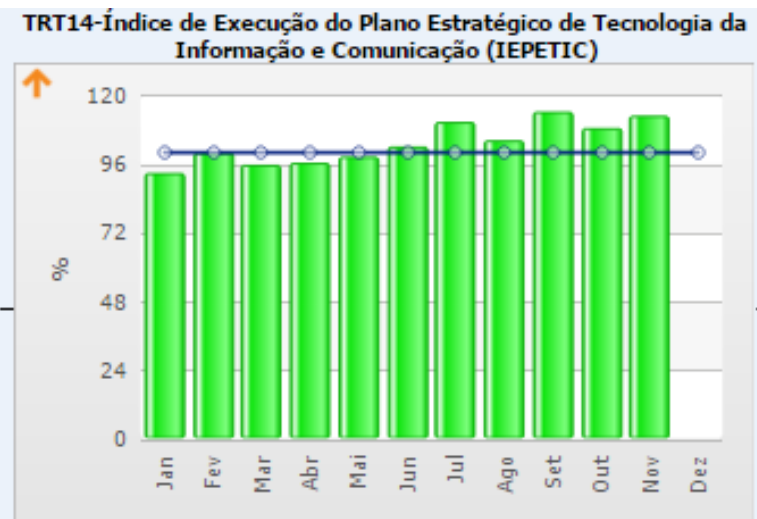
Aprovado pela Resolução Administrativa TRT14 nº 079, de 30 de setembro de 2014

Resultado: ● Meta alcançada ● Atenção ● Meta não alcançada ● Analisar meta subdimensionada ● Valor desatualizado

DESDOBRAMENTO - TRT14 - MAXIMIZAR OS RESULTADOS DA GOVERNANÇA DE TI

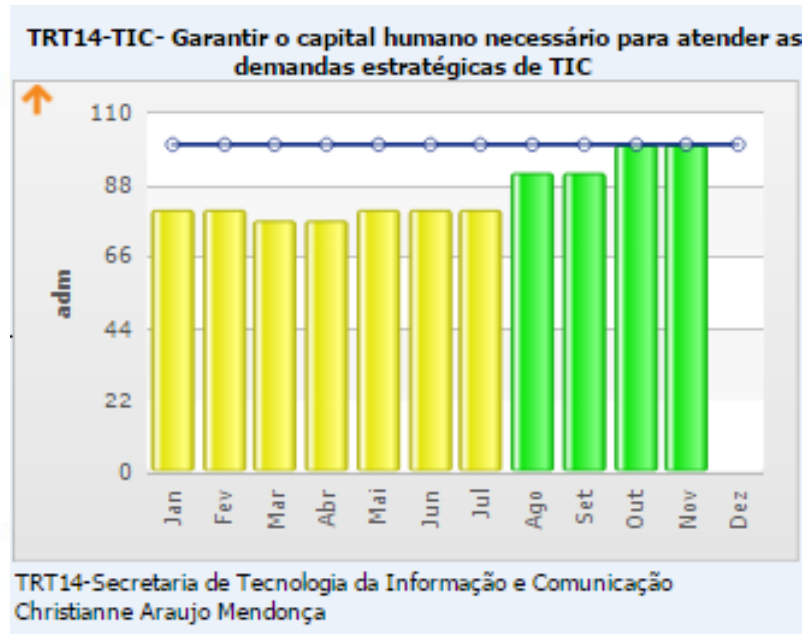
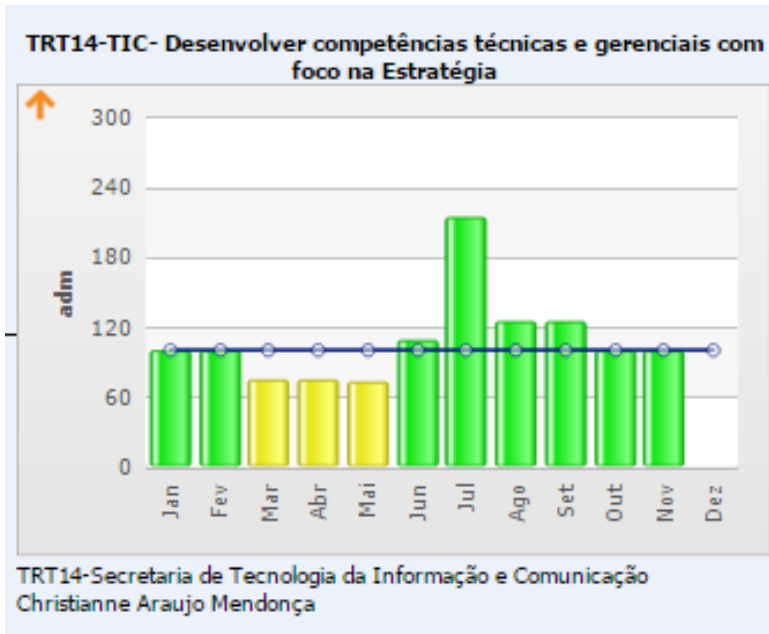


TRT14-Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
 Christianne Araujo Mendonça

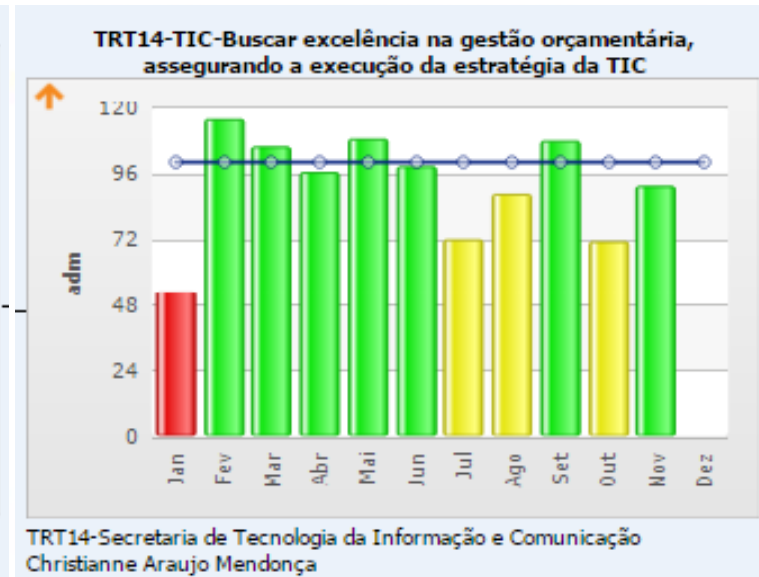
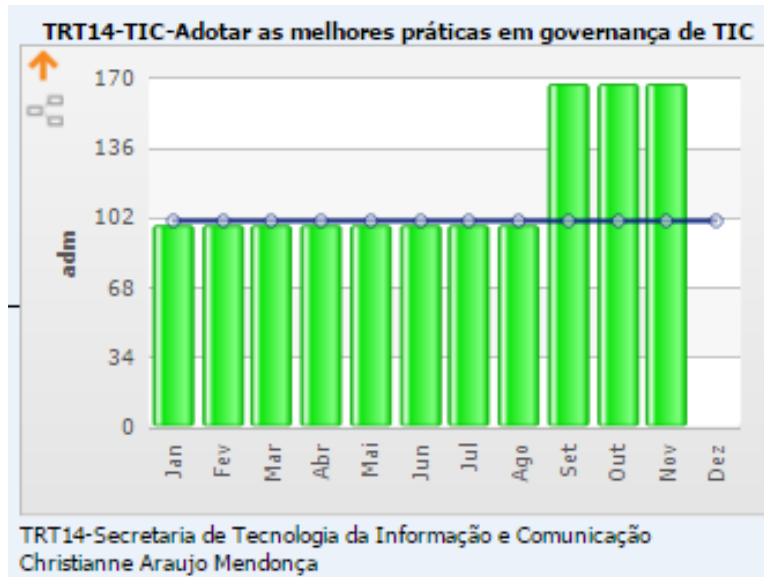


TRT14-Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
 Christianne Araujo Mendonça

DESDOBRAMENTO – TRT14 – MAXIMIZAR OS RESULTADOS DA GOVERNANÇA DE TI



DESDOBRAMENTO – TRT14 – MAXIMIZAR OS RESULTADOS DA GOVERNANÇA DE TI

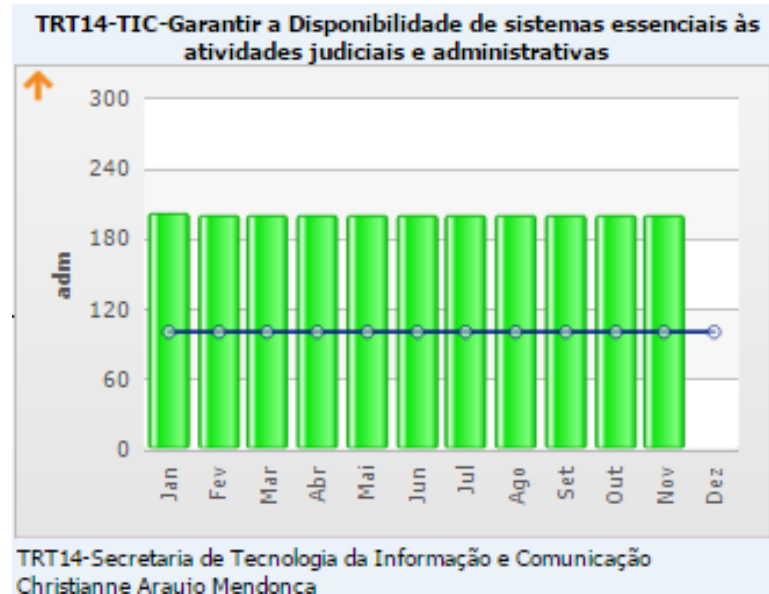
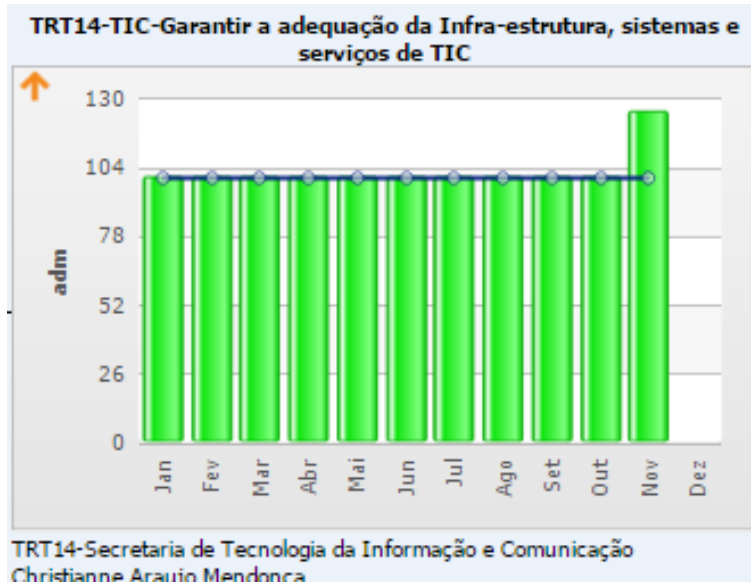


Destaques:

Escritório de Projetos de TI

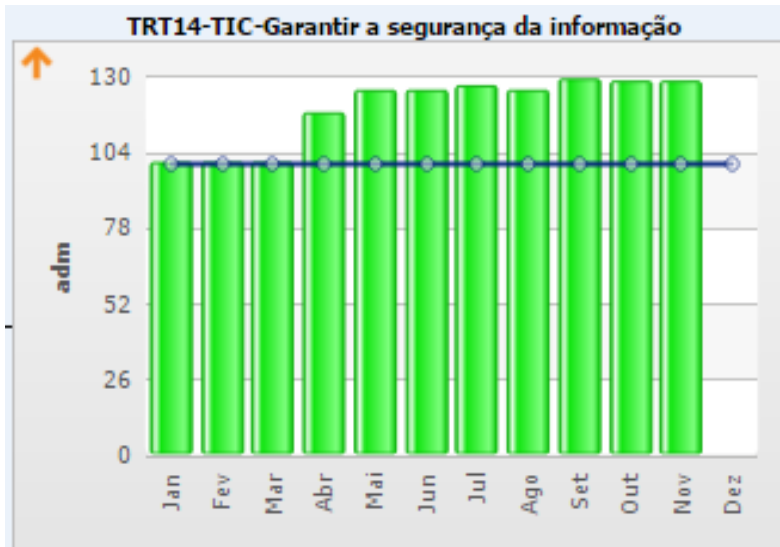
Contratação Service Desk com contratos de nível de serviço

DESDOBRAMENTO – TRT14 – MAXIMIZAR OS RESULTADOS DA GOVERNANÇA DE TI

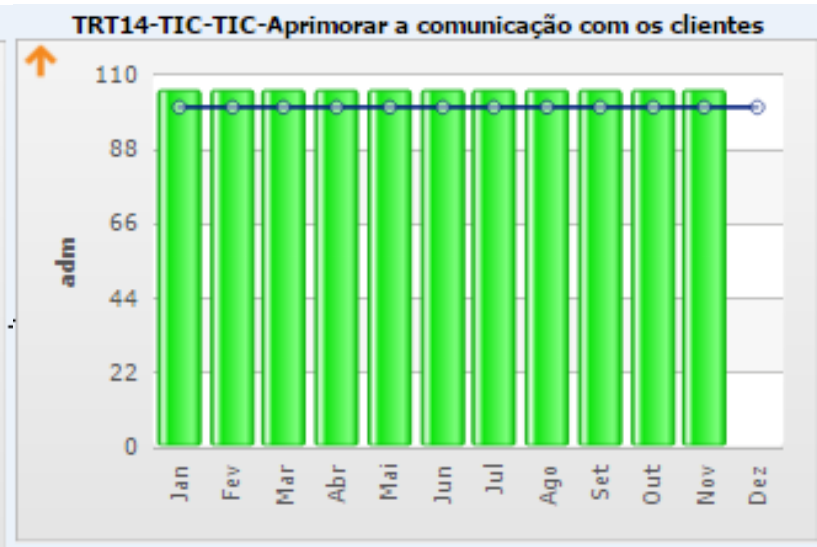


Comprovados pela pesquisa de satisfação com os serviços de TI

DESDOBRAMENTO – TRT14 – MAXIMIZAR OS RESULTADOS DA GOVERNANÇA DE TI



TRT14-Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
 Christianne Araujo Mendonça



TRT14-Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
 Christianne Araujo Mendonça

DELIBERAÇÕES DA 2ª RAE

- Consolidar os resultados da Pesquisa de Satisfação com os Serviços de TI; **CONCLUÍDA**
- Apresentar minuta do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), até dia 31-7-2015; **CONCLUÍDA**
- Dar seguimento aos trabalhos de implantação do Escritório de Projetos de TI; **EM ANDAMENTO (NO PRAZO)**
- Iniciar a contratação de *Service Desk* do TRT14. **CONCLUÍDA**

Projetos

- Implantação do Proad **CONCLUÍDA**
- Contratação do *Service Desk* **CONCLUÍDA**
- Escritório de Projetos de TI
- Implantação do SGRH

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Celso Gomes

MAPA ESTRATÉGICO CORPORATIVO DO TRT DA 14ª REGIÃO 2015-2020

Identidade Organizacional

Visão de Futuro

● TRT14-Consolidar-se perante a sociedade como referência de credibilidade na prestação jurisdicional ●

Missão

Realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, com celeridade e efetividade, promovendo a paz social e o fortalecimento da cidadania

Valores Institucionais

Ética	Impessoalidade
Transparência	Responsabilidade socioambiental
Celeridade	Acessibilidade
Inovação	Respeito e Valorização do Ser Humano
Probidade	Comprometimento
	Qualidade



Aprovado pela Resolução Administrativa TRT14 nº 079, de 30 de setembro de 2014

MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA COMUNICAÇÃO DO TRT 14ª REGIÃO 2013/2017

Resolução Administrativa nº 086, de 27 de agosto de 2013

VISÃO

- TRT14-Ser reconhecido como referência em comunicação institucional no Poder Judiciário Trabalhista, com ênfase na publicidade e transparência das decisões e ações, com qualidade, impessoalidade, ética e eficiência. ●

MISSÃO

Criar e implementar políticas e estratégias para integrar e otimizar os fluxos interno e externo de comunicação, possibilitando a ampliação e consolidação dos relacionamentos, aproximação do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região com a sociedade, para facilitar o processo de gestão e positividade da imagem institucional.

VALORES

Ética, Transparência, Impessoalidade, Acessibilidade, Atualidade, Agilidade, Responsabilidade Socioambiental, Pró-atividade, Qualidade, Profissionalismo e Participação.

PERSPECTIVA: Processos Internos

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

- TRT14-Melhorar a comunicação interna e externa ●

COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

- TRT14-Desenvolver campanhas e aprimorar a divulgação das ações da atividade-fim e dos eventos institucionais ●

- TRT14-Fomentar e compartilhar ações proativas para a valorização e preservação da imagem institucional ●

INTERNA

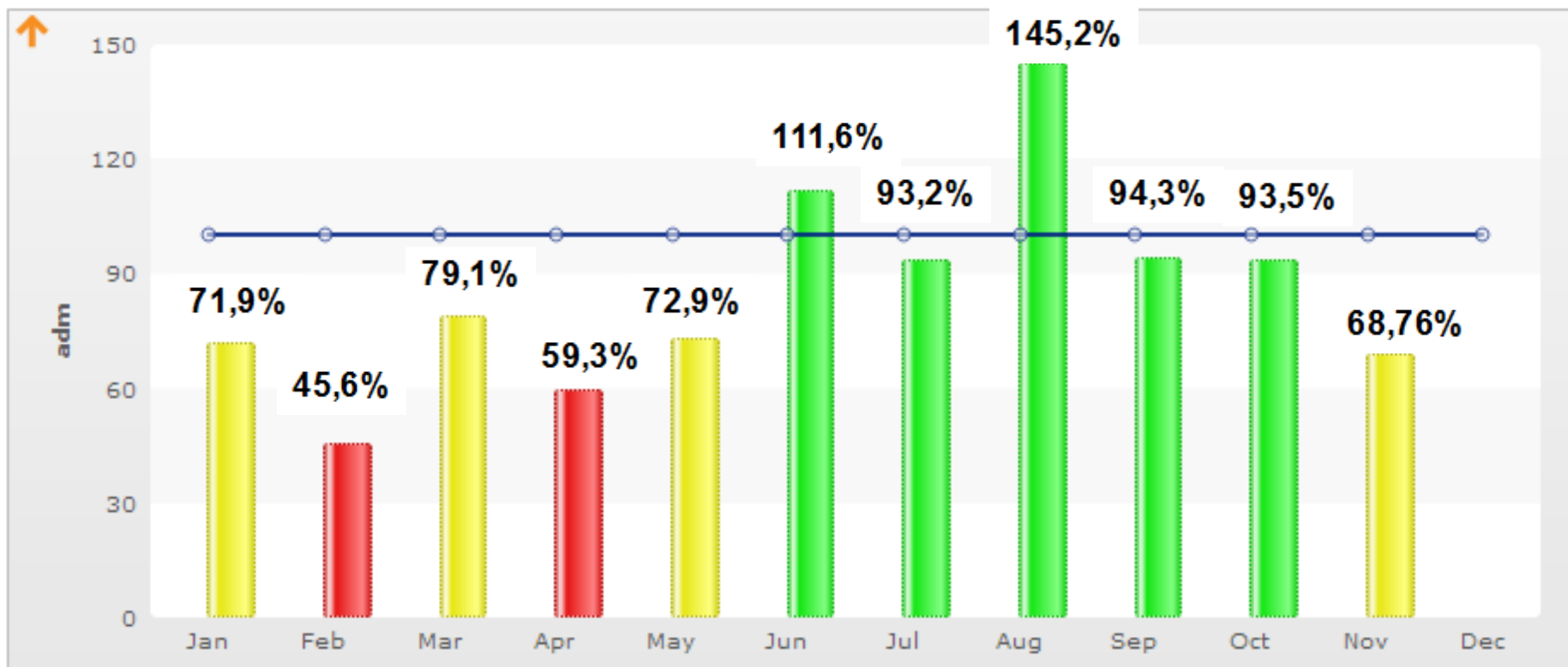
- TRT14-Aprimorar e otimizar as ferramentas utilizadas no processo de comunicação interna ●

EXTERNA

- TRT14-Ampliar o relacionamento com a sociedade por intermédio e com parcerias dos Meios de ●

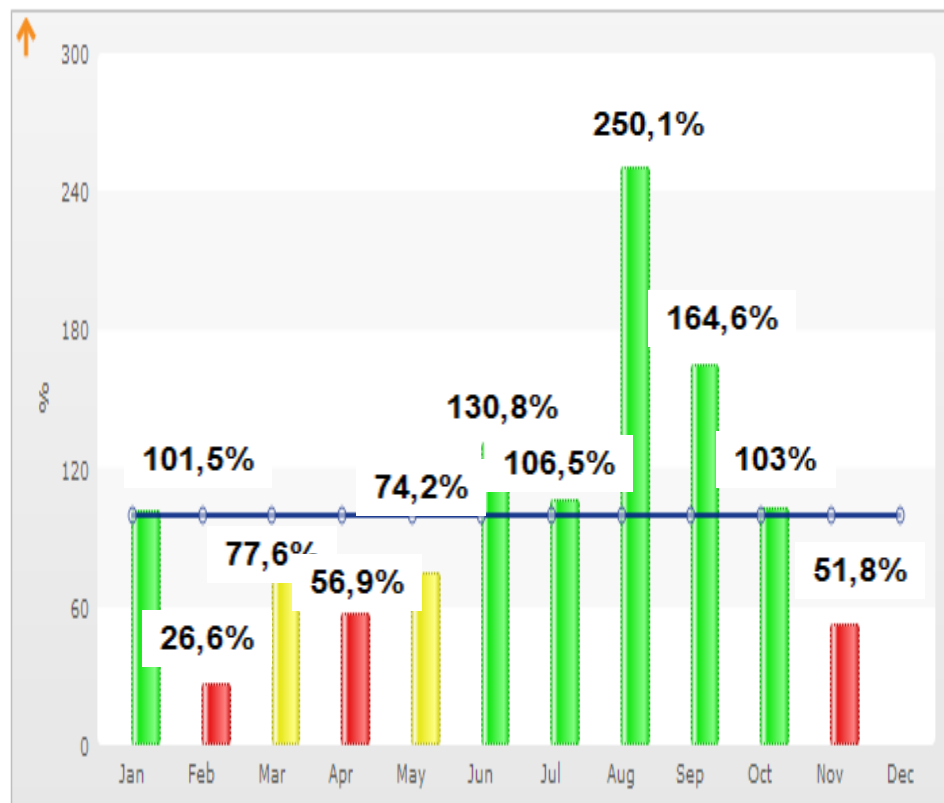
Desempenho Geral do Objetivo Estratégico (Acumulado)

Melhorar a Comunicação Interna e Externa



Metas do Plano de Comunicação Institucional

Objetivo 1 – Desenvolver campanhas e aprimorar a divulgação das ações da atividade-fim e dos eventos institucionais

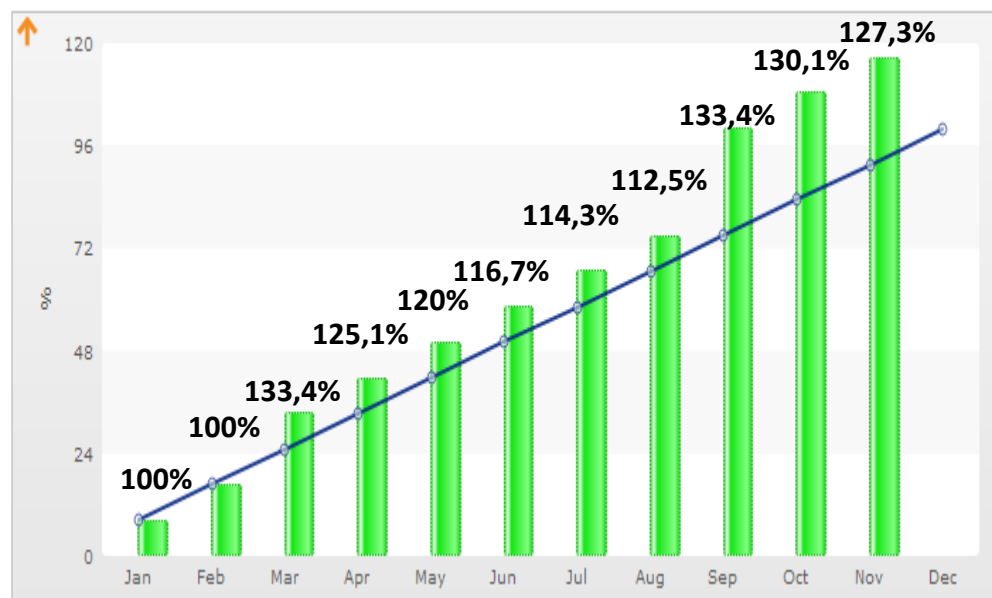


Indicadores

1. Índice de acesso às publicações de atividade-fim no Portal TRT14 – NOVEMBRO: 53,44%
2. Índice de acesso às publicações de decisões judiciais de 1º e 2º graus – NOVEMBRO: 68,7%
3. Índice de sucesso na divulgação dos eventos e ações realizadas – NOVEMBRO: 47,6%

Metas do Plano de Comunicação Institucional

Objetivo 2 – Fomentar e compartilhar ações proativas para a valorização e preservação da imagem institucional

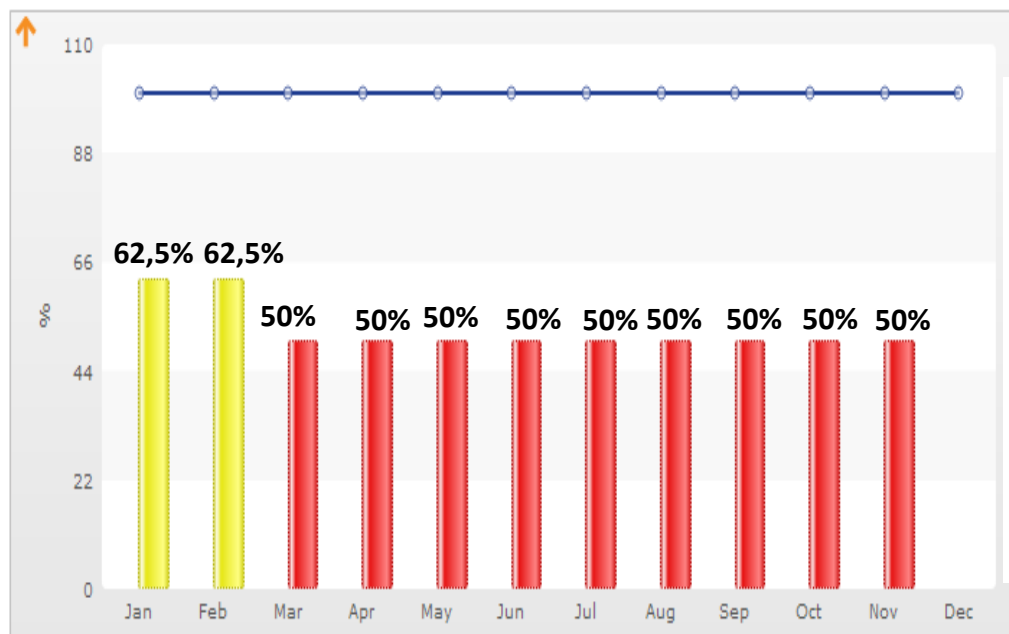


Indicador

1. Práticas do orgulho de pertencer divulgadas – NOVEMBRO: 127,3%

Metas do Plano de Comunicação Institucional

Objetivo 3 – Aprimorar e otimizar as ferramentas utilizadas no processo de comunicação interna



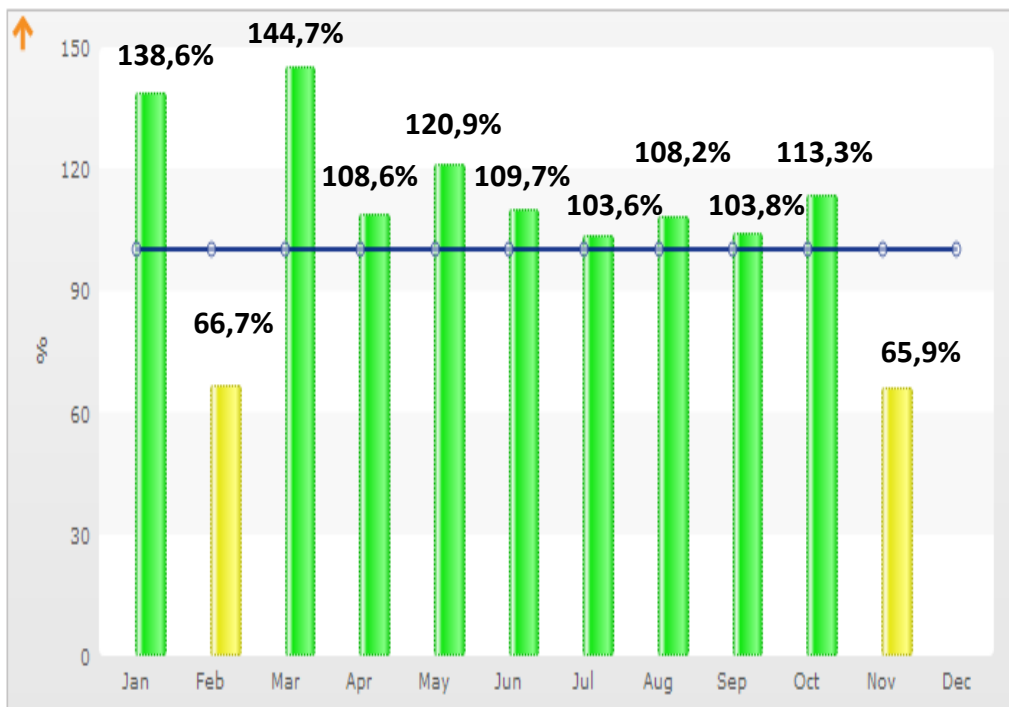
Indicador

1. Índice de otimização das ferramentas de comunicação interna – NOVEMBRO: 50%

- Aprimoramento do Blog 14: SIM
- Revitalização da Intranet: NÃO
- Manuais ou regulamentação das ferramentas: NÃO
- Revitalização da Rádio 14: SIM
- Normatização do Spark: NÃO
- Revitalização e atualização das mídias eletrônicas: SIM
- Reedição do Jornal Página 14: desde março NÃO
- Vídeo Institucional atualizado: SIM

Metas do Plano de Comunicação Institucional

Objetivo 4 – Ampliar o relacionamento com a sociedade por intermédio e com parcerias dos Meios de Comunicação



Indicador

1. Índice de divulgação na mídia – NOVEMBRO: 65,9%

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Marcos Rogério Reis da Silva

Ata da 2ª RAE

COMPROMISSOS ASSUMIDOS E REGISTRADOS NA ATA	PROVIDÊNCIAS
<p>(...)</p> <p>24) Concluir os estudos e apresentar regulamentação do Plano de Aquisições do TRT 14ª Região</p>	<p>O Plano de Aquisição foi aprovado pela Portaria GP nº 2146, de 31 de agosto de 2015.</p>
<p>25) Alterar as redações, constantes do Glossário de Indicadores e Metas do PEP 2015-2020 (2ª versão), referentes aos quesitos:</p> <p>P6.2.4 para que passe a constar “O Tribunal possui gestão de processos implementada?” (p.15);</p> <p>P6.2.10 para suprimir a palavra “específica”, de modo que as FCs e CJs sejam consideradas como remuneração para os gerentes de projetos (p. 16);</p> <p>P6.2.11 para que passe a constar “Os gerentes de projetos possuem autonomia para propor ações que visam garantir o cumprimento dos compromissos acordados?” (p. 16);</p>	<p>Alterações realizadas, conforme Glossário de Metas – Versão 3, de julho de 2015.</p>
<p>26) Concluir os trabalhos e apresentar minuta para aprovação da Administração do Programa Simplifique, visando a implementação da gestão de processos no âmbito do TRT14;</p>	<p>O Plano de Projeto do Programa Simplifique foi aprovado pela Presidência e contempla ações de simplificação, padronização e manualização de processos. Atualmente encontra-se na Secretaria Administrativa aguardando assinatura de Termo de Compromisso com o TRT3.</p>
<p>27) Concluir Tabela de Assuntos do Proad</p>	<p>O Proad está implantado e disseminado.</p>

**A APDI é
responsável pelo
monitoramento de 2
objetivos
estratégicos!**

ANÁLISE DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Objetivo: Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária

Indicador: Índice de Governança de Gestão Estratégica (IGovGE)

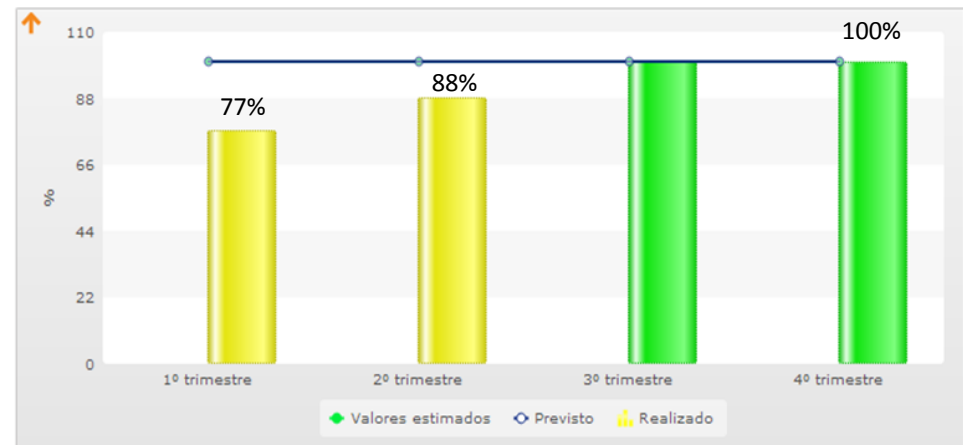
Meta: 100%

Este indicador visa manter atualizado o diagnóstico da gestão estratégica do TRT14 nas cinco dimensões: Planejamento da Estratégia, Execução da Estratégia, Monitoramento e Avaliação da Estratégia, Capacitação e Tecnologia e Comunicação da Estratégia.

Razões para o alcance da Meta:

- ✓ Aprovação do Plano de Aquisição;
- ✓ Início dos estudos para a implementação da gestão de processos;
- ✓ Realização de Pesquisa interna para disseminação da estratégia;
- ✓ Ajustes no Glossário de Metas.

Evolução do Indicador



Fonte: Sigest

ANÁLISE DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Objetivo: Garantir a efetividade da prestação jurisdicional

- Este indicador sintetiza o desempenho dos demais indicadores.
- São considerados para o cálculo da meta os indicadores com desempenho igual ou superior a 90%.

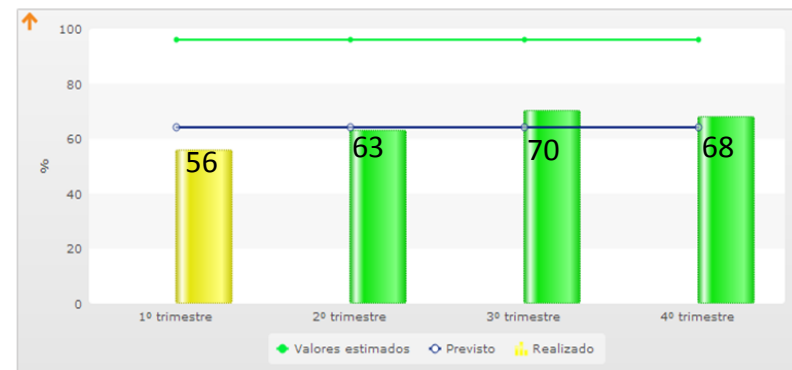
INDICADORES QUE NÃO CONTRIBUÍRAM PARA A META GERAL, OU SEJA, COM DESEMPENHO ACUMULADO ABAIXO DE 90%

Meta: Pontuação entre 64 e 96

Indicador: Índice de Alcance das Metas

Indicador 7.1 – Índice de Execução do Plano de Comunicação Institucional (IEPCI) – 68,80%
Indicador 9.1 – Índice de absenteísmo (IA) – 71,50%
Indicador 9.2 – Índice de Prevenção de Saúde (IPS) – 57,60%
Indicador 11.1 – Índice de Governança da Infraestrutura (IGovinfra) – 65%

Evolução do Indicador



Fonte: Sigest

PROPOSTA

Até o momento, o TRT14 atribui pontuação “0” para todas os indicadores que não alcançam desempenho igual ou superior a 90%.

Recentemente, o CSJT, por meio do Comitê Gestor da Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho, decidiu por atribuir pontuação "1" para os indicadores que alcancem valores de 80% a 89,99% de cumprimento da meta fixada e nenhuma pontuação para desempenhos abaixo de 80%.

Para o CSJT, essa reformulação busca assegurar um sistema de pontuação mais justo.

A proposta é que façamos igual ao CSJT a partir de 2016.

Fonte: Comitê Gestor da Gestão Estratégica da
Justiça do Trabalho

**A APDI é
responsável pelo
monitoramento de 2
Ações Prioritárias!**

Plano de Gestão 2015-2016

Ação Prioritária (AP7): Dar continuidade ao processo de reestruturação administrativa e funcional, com base nas demandas processuais e nas diretrizes da Resolução CSJT nº 63/2010, priorizando o 1º Grau de Jurisdição.

PROVIDÊNCIAS TOMADAS:

- **Há dois estudos de reestruturação sendo analisados:**
 - ✓ O que trata de ajustes pontuais em unidades de apoio administrativo, encontra-se pendente apenas de apreciação pelo Pleno;
 - ✓ O que trata da adequação da Resolução 63 nas Varas do Trabalho. Foi feita uma proposta inicial e submetida a todas às unidades jurisdicionais de 1º grau. As propostas oriundas das Varas foram catalogadas e organizadas para que a Presidência faça nova proposição. A administração em reunião com os gestores decidiu esperar o fechamento do exercício para que os dados com relação à movimentação processual sejam atualizados, garantindo segurança na tomada de decisão.

Plano de Gestão 2015-2016

Ação Prioritária (AP10): Simplificação, padronização, manualização e desenvolvimento de sistemas de processo de trabalho nas áreas de apoio administrativo e judiciário (ênfase no Pje).

PROVIDÊNCIAS TOMADAS:

- ✓ O Plano de Projeto do Programa Simplifique foi aprovado pela Presidência e contempla ações simplificação, padronização e manualização de processos.
- ✓ Atualmente está na Secretaria Administrativa aguardando assinatura de Termo de Compromisso com o TRT3.
- ✓ Há quatro manuais sendo finalizados: Procedimentos de aquisição de bens e serviços, Processo Apuratório, Perfil Organizacional e a Carta de Serviços ao Cidadão.

Quadro Geral do Plano de Gestão 2015-2016

Ações Prioritárias 2015-2016		Cumprimento
1	Aparelhar as Varas do Trabalho	
2	Reformar, restaurar, adequar e ampliar as instalações físicas das unidades jurisdicionais de 1º Grau, em conformidade com o Plano de Obras do Regional	
3	Renovar a frota de veículos das unidades de 1º grau	
4	Aquisição de terreno e aprovação do projeto para construção do prédio para abrigar as Varas do Trabalho de Porto Velho	
5	Elaborar, implantar e implementar o Plano Diretor de Informática – PDTI	
6	Capacitar continuamente magistrados e servidores em PJe-JT e sua integração com o e-Gestão	
7	Dar continuidade ao processo de reestruturação administrativa e funcional, com base nas demandas processuais e nas diretrizes da Resolução CSJT nº 63/2010, priorizando o 1º Grau de Jurisdição	
8	Realizar concurso público para contratação de novos servidores	
9	Propiciar os meios necessários objetivando a implantação no âmbito do TRT14 do Módulo Licitações e Contratos integrantes do Projeto GAE – Gestão Administrativa Eletrônica da Justiça do Trabalho	
10	Simplificação, padronização, manualização e desenvolvimento de sistemas de processos de trabalho nas áreas de apoio administrativo e judiciário (ênfase no PJe)	

Desembargador FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ
Presidente do TRT da 14ª Região

**Feliz Natal e
Ano Novo!**